



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
FACULDADE DE PEDAGOGIA
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

MARIA VANESSA ARAÚJO DA NÓBREGA

**AS RELAÇÕES DE PODER SABER: práticas pedagógicas acerca
dos gêneros e sexualidades no ambiente escolar**

Castanhal – PA
2018

MARIA VANESSA ARAÚJO DA NÓBREGA

**AS RELAÇÕES DE PODER SABER: práticas pedagógicas acerca
dos gêneros e sexualidades no ambiente escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Pedagogia da Universidade Federal do Pará– UFPA, Campus Universitário de Castanhal, pólo Mãe do Rio, como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado Pleno em Pedagogia, sob a orientação do(a) Dr. Dário Azevedo dos Santos.

Castanhal – PA
2018

MARIA VANESSA ARAÚJO DA NÓBREGA

**AS RELAÇÕES DE PODER SABER: práticas pedagógicas acerca
dos gêneros e sexualidades no ambiente escolar**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
universidade Federal do Pará, como requisito parcial para
a obtenção do Grau de Licenciada Plena em Pedagogia.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Dario Azevedo dos Santos UFPA

(Orientador)

Prof. Dr^a Adriane Raquel Santana de Lima UFPA

(Membro)

Prof. Dr. Francisco Valdinei dos Santos Anjos UFPA

(Membro)

Conceito: _____ Data: ____/____/____

Castanhal – PA
2018

Dedico aos meus pais, Maria do Livramento Araújo e Valtrudes Sousa da Nóbrega, que desde criança sempre me apoiaram no percurso de superação dos obstáculos que encontrei ao longo da minha jornada e a A. S. pela paciência e compreensão no período de produção desse trabalho.

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me cumulou de sabedoria e não me deixou desistir, sempre guiou meus caminhos e me deu o dom da fortaleza para sempre prosseguir e vencer os percalços do caminho.

Ao Professor Orientador Dr. Dário Azevedo, pela dedicação e disponibilidade nas orientações.

Aos Professores Formadores por serem exemplo de profissionais e pelo incentivo e dedicação para conosco.

Aos meus amigos de curso pelo apoio, incentivo e contribuições para que eu concluísse esse curso.

Em especial a Elida Sena, Nicole Costa, Jessica Marques, Gidalina Reis e Cristiana Costa que foram minhas companhias durante esses anos.

A todos que contribuíram para meu crescimento cognitivo, pessoal e profissional.

Meus agradecimentos também àquelas pessoas que me menosprezaram e disseram que eu não tinha capacidade, contrariamente a seu intuito me fortaleceram e me impulsionaram a seguir adiante!

RESUMO

O presente trabalho problematiza as relações de poder-saber dentro do âmbito escolar acerca dos temas gênero e sexualidade. Buscando evidenciar os discursos produzidos pelos atores centrais da escola entre eles, alunos, professores, gestão e coordenação escolar de uma escola pública municipal no interior da cidade de Aurora do Pará. A questão motriz dessa pesquisa é saber se a escola aborda os temas sexualidade e gênero, esse questionamento central leva também a outros questionamentos como: de que forma e traves de que práticas pedagógicas a escola o faz. Para alcançar tais aspirações esse trabalho adotou como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada aplicada aos sujeitos que permeiam as relações de saber no ambiente escolar já citados a cima utilizando se como instrumento de análise de dados analise do discurso. Para ancorar esse estudo, o trabalho busca base nas concepções pós-estruturalista de Michel Foucault, Judith Butler e Guacira Louro. A análise da pesquisa indicou que a escola investigada não integra os temas gênero e sexualidade em suas práticas pedagógicas, passando a negar a existência de sujeitos LGBT no seio escolar e utiliza-se disso como respaldo para a não inclusão dos temas no cotidiano escolar se recusando a assumir seu papel de formadora de cidadãos para a sociedade.

Palavras chaves: Orientação sexual – Gênero – Educação – Praticas pedagógicas – Poder-saber.

ABSTRACT

The present work problematizes the relations of power-to-know within the school scope on the themes gender and sexuality. Aiming to highlight the discourses produced by the central actors of the school among them, students, teachers, management and school coordination of a municipal public school in the city of Aurora do Pará. The driving issue of this research is whether the school addresses the themes sexuality and gender, this central questioning also leads to other questions such as: in what way and through what pedagogical practices the school does. In order to reach such aspirations this work adopted as a method of data collection the semi-structured interview applied to the subjects that permeate the relations of knowledge in the school environment already mentioned above using as instrument of data analysis discourse analysis. To anchor this study, the paper seeks to base the post-structuralist conceptions of Michel Foucault, Judith Butler and Guacira Louro. The analysis of the research indicated that the school investigated does not integrate the themes gender and sexuality in its pedagogical practices, starting to deny the existence of LGBT subjects in the school and it is used as support for the non-inclusion of the subjects in the school daily refusing to assume its role of forming citizens for society.

Keywords: Sexual orientation - Gender - Education - Pedagogical practices - Knowledge-power.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Gráfico sobre trabalho do respeito às diferenças na escola pesquisada.	59
Figura 2: Gráfico sobre os tipos de diferenças trabalhados na escola locais da pesquisa.	60
Figura 3: Gráfico sobre a existência de trabalho a respeito da temática gênero na escola.....	62
Figura 4: Gráfico sobre a existência de casos de homofobia na escola.....	66

LISTA DE SIGLAS

ABL - Associação Brasileira de Lésbicas.

AIDS - Síndrome da Imunodeficiência Adquirida.

Antra - Associação Nacional de Travestis.

CBB - Coletivo Brasileiro de Bissexuais.

CID - Código Internacional de Doenças.

CNCD/LGBT - Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

CNT - Coletivo Nacional de Transexuais.

DPVAT - Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres.

DST - Doença Sexualmente Transmissível.

GGB - Grupo Gay da Bahia.

GLBT – Gays, Lésbicas, Bissexuais e Travestis

HIV - Human Immunodeficiency Virus.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social.

LBL - Liga Brasileira de Lésbicas.

LGBT - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros.

MEC - Ministério da Educação.

PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos.

PNLD - Programa Nacional do Livro Didático.

PNLEM - Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio.

SECAD - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação do Pará.

Senale - Seminário Nacional de Lésbicas.

UFPA - Universidade Federal do Pará.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. HISTORICIDADE DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE	17
1.1 A GENEALOGIA DAS RELAÇÕES DE PODER SABER EM SEXUALIDADE...17	
1.2 UMA CURVA NO CAMINHO DE PESQUISA.....24	
1.3 A SEXUALIDADE COMO ALVO DA MORAL DOS APHRODISIA.....27	
2. CONCEITOS IMPORTANTES, LEGISLAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS ... 32	
2.1 TERMOS, CONCEITOS E EXPRESSÕES LGBT.....32	
2.2 MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: CONQUISTAS E ENFRENTAMENTOS.....34	
2.3 ENTRE LEGISLAÇÃO E REALIDADE EM EDUCAÇÃO.....40	
3. APORTE TEORICO METODOLÓGICO	43
3.1 PODER/SABER NA LÓGICA FOUCAULTIANA.....45	
3.2 JUDITH BUTLER, GÊNERO SUBVERSÃO E TEORIA QUEER.....48	
3.3 CORPO EDUCADO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO.....51	
4. ANÁLISE TRANSGRESSIVA DO AVESSE PELO AVESSE 57	
4.1 CATEGORIAS CENTRAIS DA ANÁLISE: GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA.....58	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	69

“O poder não é algo que se adquira, arrebate ou compartilhe, algo que se guarde ou deixe escapar; o poder se exerce a partir de inúmeros pontos e em meio a relações desiguais e moveis”.

(FOUCAULT, 1984, p. 102)

INTRODUÇÃO

Este trabalho está situado no limiar entre sexualidade/gênero e educação, tem como finalidade ampliar a discussão sobre diversidade sexual e de gênero dentro das escolas, proporcionando assim melhor convivência dentro desses ambientes educacionais; reforçar princípios importantes para a educação como o respeito às diferenças e a identidade do outro.

Para ressaltar o interesse pelo tema apresento um breve memorial que relata minha desenvoltura através do período de escolaridade básica até o curso de pedagogia sobre chegada da escolha dessa linha de pesquisa.

Desde pequena sempre admirei muito os meus professores, talvez lá no fundo já sentisse que a minha vocação seria mesmo pela docência. Contudo, algo me incomodava na escola: observar alunos “implicar” e ridicularizar os colegas que apresentavam um comportamento “estranho” do restante, da maioria.

Aprendi desde cedo que até mesmo as crianças podem ser perversas em seus discursos, suas falas e em especial com outras crianças que tenham interesses diferentes da “normalidade” como, por exemplo: um menino que prefere brincar com as meninas ou uma menina que gosta de futebol.

Durante toda a minha trajetória escolar foi assim, alunos que desprezavam, humilhavam, diminuían os colegas de classe ou de escola por serem “diferentes”, um preconceito enraizado, seja na educação infantil ou ensino médio e inclusive na universidade, nem mesmo lá no nível superior, onde eu acreditava ser local de pessoas esclarecidas, o preconceito se ausentava.

O pior é que as próprias pessoas passam a se esconder por se reconhecerem diferentes, “estranhos”. Observei durante anos no curso de pedagogia, a vida enrustida de uma pessoa homossexual, que mesmo tendo uma vida estável com cômjuge e tudo que se tem direito, não revelava esse fato para a turma, permanecia no armário, escondida, por medo de sofrer com o preconceito que também se encontrava naquele meio.

Creio que essa mentalidade desenvolvida durante o período de faculdade e também os acontecimentos durante toda a vida escolar, me levaram a optar por explorar o tema heteronormatividade e buscar perceber de que forma a escola aborda assuntos dessa temática, de que forma ela trata a homofobia dentro de seus muros e que tipo de formação moral as escolas estão desenvolvendo nos espaços educativos.

Diante do disposto, o questionamento que impulsiona essa pesquisa volta-se para: De que maneira a escola, em especial a pública, vem abordando os temas diversidade sexual, gênero e homofobia, dentro das suas práticas pedagógicas? Essa questão ainda nos leva a outros

pontos a serem indagados como, por exemplo: como se constituiu ao longo do tempo a história da sexualidade, quais conquistas alcançadas pela comunidade LGBT (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transexuais) e que legislação alicerça os direitos das singularidades desses indivíduos?

A observação da realidade das escolas brasileiras nos leva a crer na hipótese de que mesmo com a criação de políticas públicas referentes a gênero, sexualidade, diversidade e com as pesquisas sobre a temática no plano da educação, ainda vivenciamos no cotidiano escolar experiências de homofobia, desrespeito e descaso. Apontando para a tendência de a grande maioria dos profissionais de educação não se posiciona com clareza em relação a assuntos como orientação sexual, homofobia e gênero. Deixando assim os seus alunos propensos à alienação externa e a adesão de práticas de desvalorização do outro ou até mesmo perseguição de pessoas com uma orientação sexual/gênero diferente do seu.

Para sediar a pesquisa a escola selecionada foi a Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Santa Terezinha, tal escolha deu-se por conceber que esta escola seja a que melhor represente a população local em se tratando de jovens e em quantidade de alunos, desde a população mais carente aos filhos de pais mais abastados.

Visando responder a pesquisa alguns sujeitos que movimentam as relações de poder-saber no seio escolar foram elencados, entre eles dois alunos (um do sexo masculino e outro do sexo feminino), dois professores (um mais experiente e um em recente ingresso na atuação), e três profissionais entre gestão e coordenação escolar, fechando assim um ciclo com boa parte dos agentes responsáveis pela produção dos discursos dentro do ambiente escolar, o que possibilitará uma visão um pouco mais abrangente da realidade escolar averiguada.

A realização da pesquisa ocorreu em modelo qualitativo, assumindo como instrumento de pesquisa a entrevista semiestruturada aplicada a todos os sujeitos da pesquisa já citados acima e o tratamento dos dados se deu em forma de análise do discurso almejando obter maior representação, para assim poder responder o problema ao qual se refere essa pesquisa.

Espera-se que a pesquisa tenha por finalidade: proporcionar maior visibilidade para a temática diversidade sexual e de gênero na escola, e auxiliar no processo de desarraigamento da homofobia na escola; contribuir para valorização e garantia dos direitos humanos ampliando o discurso sobre valorização das particularidades de cada indivíduo.

No intuito de fundamentar trabalho, busquei o aporte teórico nos seguintes autores para discutir educação, sexualidade e gênero: Michel Foucault, Guacira Louro e Judith Butler. Para então como base nos conceitos adquiridos analisar os dados da pesquisa de campo, adotando metodologia qualitativa no emprego da análise do discurso.

Diante destas problemáticas e objetivos do trabalho, se faz necessário entender, a primeiro momento, como a história da medicina ocidental constituiu ao longo do tempo a concepção binária do gênero e heterossexualidade como padrão normativo e como essas concepções evoluíram ao longo do tempo.

Durante muito tempo a enfática função reprodutiva do sexo relegou a status de patologia as demais práticas sexuais. Apoiada nos ideias cristãos de monogamia e fidelidade heterossexual condenaram a busca por outros prazeres. Até mesmo os casos de hermafroditismo que confundiam a ciência, uma vez que ela definia o sexo como algo natural/normal, eram silenciados pela religião que, apontou esses indivíduos como filhos do crime/pecado. Como confirma Michel Foucault em seus livros:

O valor do próprio ato sexual: o cristianismo o teria associado ao mal, ao pecado, à queda, à morte [...] A delimitação do parceiro legítimo: o cristianismo, diferentemente do que se passava nas sociedades gregas ou romanas, só teria aceito no casamento monogâmico e, no interior dessa conjugalidade lhe teria imposto o princípio de uma finalidade exclusivamente procriadora. A desqualificação das relações entre indivíduos do mesmo sexo: o cristianismo as teria excluído rigorosamente [...]. (2017, p. 20,)

Durante muito tempo os hermafroditas foram considerados criminosos, ou filhos do crime, já que sua disposição anatômica, seu próprio ser, embaraçava a lei que distinguia os sexos e prescrevia sua conjunção. (2017, p. 42,).

As sociedades se desenvolveram com base nesses ideais de normatização de gênero e sexualidade, contribuindo para que homens e mulheres negassem suas sexualidades durante anos por medo dos mecanismos de silenciamento e de dominação simbólica que oprimem, constroem e desqualificam.

Porém, nas últimas décadas o cenário brasileiro vem sofrendo grandes transformações no que tange a organização e visibilidade da população LGBT, como corrobora Guacira Louro: “Hoje, as chamadas “minorias” sexuais estão muito mais visíveis e, conseqüentemente, torna-se mais explícita e acirrada a luta entre elas e os grupos conservadores” (2008 p. 27-28). Essa crescente nos números de pessoas que não se enquadram dentro do padrão heteronormativo, cis-gênero tem provocado grande alvoroço, discussão e polemica sobre as temáticas de gênero e sexualidade.

Desde que a sexualidade deixou de ser pensada apenas como fator genético, biológico, anatômico, sexo/genitália e passou a abordar outros aspectos da vida como construção social, gênero e identidade, por exemplo, passaram a ser vistos como assuntos ainda mais polêmicos dividindo opiniões positivas e também negativas. Porém, não podemos, enquanto educadores, nos negar a enxergar esses fatos, somos chamados também enquanto ser social e formadores de

opinião a buscar discutir para entender e saber nos posicionar de forma ética em relação a essas temáticas.

Voltando-nos para o campo da educação, ela também foi influenciada pelos binarismos: homem-mulher, feminino-masculino, sexo-gênero e homossexual-heterossexual. E é de se convir, que desde sempre a escola fez uso de meios de segregação, distinção e classificação como, por exemplo: no princípio, a educação distinguiu a partir de quem dela tinha acesso, quem estava dentro e fora de seus domínios, também o fez entre ricos e pobres, adultos e crianças e futuramente tratou de segregar-se internamente como é o caso da divisão entre meninos e meninas, assinalando assim por seu papel normatizador definindo desde muito cedo nas vidas das crianças o que é “coisa de menino e coisa de menina” alargando ainda mais os mecanismos de dominação e normatividade nas questões de gênero.

Em virtude dessa carga histórica e para acompanhar os avanços que vem ocorrendo em relação a essas temáticas cada vez mais é necessário enveredar por essas questões e discussões de gênero, sexualidade e diversidade considerando como forma de particularidade do indivíduo uma vez que as escolas recebem e lidam com alunos, pais de alunos e também profissionais gays, lésbicas entre outros exemplos de sexualidades e gêneros “desviantes”.

A escola diariamente é chamada a enfrentar o problema da homofobia e combater práticas que diminuem e desumanizam o outro. Uma escola que almeja formar cidadãos, livres de preconceito e discriminação deve promover o respeito às diferenças e buscar subverter a homofobia dentro de suas repartições agenciando a garantia dos direitos humanos.

Desconstruir tal mentalidade engendrada há tanto tempo na escola é missão árdua, contudo a educação evoluiu significativamente nos últimos anos em relação as questões de gênero e sexualidade na escola, pelo menos no papel, atualmente tem compromisso com a inclusão e acesso à todos. No Brasil em 2004 foi lançado Programa Brasil sem Homofobia visando à criação de políticas de enfrentamento a esse fenômeno e de respeito à diversidade. O Ministério da Educação lança juntamente com a UNESCO a Coleção Educação para Todos também em 2004 focado no “ideal de incluir socialmente o grande número de jovens e adultos, excluídos dos processos de aprendizagem formal, no Brasil e no mundo.” (BRASILIA, 2009).

Em um de seus volumes Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade destaca:

Para a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad), órgão responsável, no âmbito do Ministério da Educação, pela Coleção, *a educação não pode se separar, nos debates, de questões como desenvolvimento socialmente justo e ecologicamente sustentável; gênero, identidade de gênero e orientação sexual; escola e proteção a crianças e adolescentes; saúde e prevenção; diversidade étnico-*

racial; políticas afirmativas para afrodescendentes e populações indígenas; educação para as populações do campo; qualificação profissional e mundo do trabalho; *democracia, direitos humanos, justiça, tolerância e paz mundial*. Na mesma direção, *a compreensão e o respeito pelo diferente e pela diversidade são dimensões fundamentais do processo educativo*. (BRASILIA, 2009 grifo nosso).

Ainda que muitos sejam os avanços epistemológicos alcançados ao longo dos anos, a sociedade ainda convive com situações de desrespeito, ignorância e negação das identidades sexuais e de gênero, no setor da educação não é diferente, existem tomando emprestado o pensamento de Louro (2008), ainda muitas travessias a serem feitas.

Para melhor tratar o assunto abordado nesse trabalho a estrutura do texto será disposta da seguinte forma: no primeiro capítulo faremos uma revisão histórica da sexualidade para entender como heteronormatividade se constituiu ao longo do tempo como o padrão de normalidade e naturalidade.

No segundo capítulo serão apresentados alguns conceitos e expressões utilizadas pela comunidade LGBT e que se faz importante evidenciar em caráter de informação e também para que os leitores deste trabalho possam compreender alguns termos utilizados no mesmo. Ainda no segundo capítulo faremos um breve histórico das lutas travadas pela comunidade LGBT e dos direitos adquiridos através das resistências desses sujeitos incluindo as conquistas em relação a educação.

O terceiro capítulo trata da metodologia seguida para a elaboração desse trabalho de pesquisa e também apresentará o referencial teórico adotado como base para as discussões propostas neste trabalho estando entre elas, Michel Foucault, Judith Butler e Guacira Louro.

A análise da pesquisa será disposta no quarto capítulo deste trabalho onde serão apresentados e analisados os dados que foram coletados através de entrevista semiestruturadas com os sujeitos da pesquisa no anseio de responder o problema deste trabalho.

E por último as considerações finais que mostrarão se os objetivos foram ou não alcançados e se a hipótese inicial de que a escola ainda não se posiciona em relação a temas como sexualidade e gênero dentro de suas práticas pedagógicas, foi confirmada ou refutada através das falas dos entrevistados.

1. HISTORICIDADE DO DISPOSITIVO DE SEXUALIDADE

“O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder.”

(Foucault, 2017, p. 50)

Para falarmos de sexualidade na educação em específico, é preciso antes fazer um apanhado geral sobre como está se constituiu ao longo do tempo na sociedade como um todo. Para isso tomemos a História da sexualidade de Michel Foucault como referência, esse autor nos auxiliará no entendimento do conceito de sexo/sexualidade para futuramente entendermos o termo homossexualidade. Foucault assume a verdade como construção histórica que depende de um conjunto de forças, ou melhor dizendo, relações de poder que resultam na produção do saber.

Antes de tudo, esclareçamos o conceito de sexualidade em Foucault; é caracterizado como dispositivo de poder, produtor de discurso de verdade permeado pelo corpo, órgãos sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações interindividuais. E a “ideia do sexo é interior ao dispositivo da sexualidade, deve-se, então, reencontrar em seu fundamento uma economia positiva do corpo e do prazer” (REVEL, 2005, p. 5).

O autor traz uma genealogia das relações de poder para entender como vem sendo produzidos os discursos sobre o sexo desde a antiguidade. Tomando assim o termo sexo em seu sentido mais claro, no sentido das experiências sexuais, do ato sexual em si, do desvelar do próprio corpo através do toque.

1.1 A GENEALOGIA DAS RELAÇÕES DE PODER SABER EM SEXUALIDADE

A genealogia Foucaultiana remota ao século XVII onde as práticas sexuais ainda vigoravam em regime de liberdade e franqueza, sem buscar velar, ocultar ou disfarçar as práticas sexuais, o segredo não era alvo do discurso. Os corpos eram desvelados sem vergonha, a decência tinha traços sutis quase inexistentes, tudo declarado inclusive às crianças que não se assustavam ou escandalizavam ao observar tal realidade.

Diz-se que no início do século XVII ainda vigorava uma certa franqueza. As práticas não procuravam o segredo; as palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade. Eram frouxos os códigos da grosseria, da obscenidade, da decência, se comparados com os do século XIX. Gestos diretos, discursos sem vergonha, transgressões visíveis, anatomias mostradas e facilmente misturadas, crianças astutas vagando, sem incômodo nem escândalo, entre os risos dos adultos: os corpos "pavoneavam" (FOUCAULT, 2017, p. 7).

Contudo no século seguinte, XVIII, aparentemente uma era de repressão à sexualidade, se instaura. O puritanismo moderno encerra a sexualidade "permitida" dentro da casa da família, ou melhor, do quarto do casal, pois sexualidade não é coisa para crianças e restringe ainda em caráter de reprodução e fecundidade excluindo todas as outras formas de sexualidades à ilegalidade e à imoralidade.

Um rápido crepúsculo se teria seguido à luz meridiana, até as noites monótonas da burguesia vitoriana. A sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada. Muda-se para dentro de casa. A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo. No espaço social, como no coração de cada moradia, um único lugar de sexualidade reconhecida, mas utilitário e fecundo: o quarto dos pais. Ao que sobra só resta encobrir-se; o decoro das atitudes esconde os corpos, a decência das palavras limpa os discursos. E se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este *status* e deverá pagar as sanções (FOUCAULT, 2017, p. 7-8).

Posteriormente a linha de pensamento Foucaultiana faz uma curva sinuosa em direção contrária à ideia de repressão assinalada acima, relatando então a hipocrisia da sociedade em "fala prolixamente de seu próprio silêncio, obstina-se em detalhar o que não diz, denuncia os poderes que exerce e promete liberar-se das leis que a fazem funcionar." (FOUCAULT, 2017, p. 13).

Inicia-se aí uma busca por dismantelar o que o autor chamou de hipótese repressiva. O objetivo era reordenar os discursos sobre sexualidade questionando a ideia de repressão absoluta, mas assumindo que a partir da tentativa de reprimir as falas sobre a sexualidade por outro lado incitava a falar da mesma. Passando a analisar os dispositivos de repressão as sexualidades ilegítimas que desviavam-se do modelo heterossexual da família conjugal reprodutora, na tentativa de determinar "o regime de poder-saber-prazer que sustenta, entre nós, o discurso sobre a sexualidade humana." (FOUCAULT, 2017, p. 16).

Segundo Foucault uma avalanche discursiva sobre o sexo avançou a partir do século XVIII, ainda que depurados os termos que produziam esses discursos, as instâncias de poder se

empenharam em incentivar os discursos sobre o sexo, falam e incitavam que se falasse sobre ele.

A exemplo disso temos na religião cristã a instituição da confissão, apesar da religião repudiar as sexualidades desviantes e infiéis o exercício da confissão forçava os fiéis a cada vez mais contar, relatar, detalhar seus próprios atos sexuais, desejos mais profundos e até pensamentos sobre a temática. “A pastoral cristã inscreveu, como dever fundamental, a tarefa de fazer passar tudo o que se relaciona com o sexo pelo crivo interminável da palavra.” (FOUCAULT, 2017, p. 23). Mesmo que a discricção sobre os pecados contra pureza fosse aconselhada veementemente, também se constitui aí a produção de discursos sobre prazer/sexo incentivando o homem ocidental a falar sobre seu próprio sexo.

É também no século XVIII que surge a necessidade política e econômica de se produzir discursos sobre o sexo não para teorizar o que é lícito ou ilícito sobre o assunto, não mais do ponto de vista da moral, mas da racionalidade para poder gerir e fazer de tal análise utilidade pública como reitera Foucault: “O sexo não se julga apenas, administra-se. Sobreleva-se ao poder público; exige procedimentos de gestão; deve ser assumido por discursos analíticos. Mas como forma de, análise de contabilidade, classificação, especificação” (2017, p. 27).

Mecanismos de poder descobrem o termo população enquanto questão política e econômica e percebem que dentro dessas populações existem especificidades e variáveis e essas últimas precisam ser estudadas como, por exemplo: natalidade, incidência de doenças sexualmente transmissíveis, saúde e entre outras, fazendo do sexo dado a ser levado em conta em fatores como natalidade e mortalidade.

Outros dispositivos de poder também incitavam o discurso sobre o sexo e entre eles a medicina e a psiquiatria elaborando um conjunto de perversões sexuais para além desses também envolve a justiça penal com relação aos crimes crapulosos, biologia, a pedagogia assim como muitos outros.

Os colégios não falavam diretamente sobre o sexo, mas se organizavam em torno dele, falavam dele de outra forma seja em sua arquitetura, ou em seus ensinamentos implícitos reiterando sempre que possível o jogo das punições tomando todas as precauções para segregar alunos e alunas no recreio nos dormitórios, se ocupando silenciosamente em falar/tratar sobre o sexo das crianças, o que permite salientar a sexualidade presente precocemente e ativa.

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e

os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa — tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (FOUCAULT, 2017, p. 33).

Através dessa multiplicação de discursos sobre a sexualidade acentuaram-se as “condenações judiciais das perversões menores, *anexou-se a irregularidade sexual à doença mental*; da infância à velhice foi *definida uma norma do desenvolvimento sexual* e cuidadosamente caracterizados todos os desvios possíveis; organizaram-se controles pedagógicos e tratamentos médicos[...] (FOUCAULT, 2017, p. 40, grifos nossos)”. E ainda infidelidade e a homossexualidade eram condenadas da mesma forma pelos tribunais afirmando serem abominações ou contra natureza.

O “casal legítimo” deixa de ser o foco dos discursos então, já não precisa mais confessar-se constantemente o que acabou por voltar a atenção dos discursos para outras sexualidades, antes menos comentadas como o sexo das crianças e os prazeres que não são buscados no sexo oposto, agora essas figuras e que estão em discurso. Permanecem condenadas, mas incitadas a falar e é aqui que surge a dimensão da contra natureza ou antinatural da sexualidade para designar as sexualidades periféricas.

Surge então no século XIX uma nova especificação dos indivíduos e junto com ela o termo homossexualismo que categorizava-se pelo sufixo “ismo” como doença, o “famoso artigo de Westphal em 1870, sobre as “sensações sexuais contrárias” pode servir de data natalícia como acentua Foucault: “A homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie” (2017, p. 48).

A psiquiatria tratava de atribuir uma série de desvios sexuais nominando-os como atrocidades induzindo a pensar tais sujeitos como infratores da lei, sujeitos esses já existentes, mas que começavam a serem postos em discurso ainda que patologizado e marginalizado. A sexualidade passou a ser medicalizada como uma fratura ou febre, pressionando, vigilando e forçando a confissão não mais no seio da igreja, mas agora nos consultórios médicos, psiquiátricos, no seio da família, nas escolas através dos pedagogos ou mesmo nos jures penais.

Entretanto apesar de toda vigilância sobre o sexo uma via de mão dupla se compõe uma vez que:

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer *não* a todas

as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; e, por outro lado, prazer que se abrasa por ter que escapar a esse poder, fugir-lhe, enganá-lo ou travesti-lo. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue e, diante dele, poder que se afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar ou de resistir. Captação e sedução; confronto e reforço recíprocos: pais e filhos, adulto e adolescente, educador e alunos, médico e doente, e o psiquiatra com sua histérica e seus perversos, não cessaram de desempenhar esse papel desde o século XIX (FOUCAULT, 2017, p. 50).

Dentro das casas das famílias a vigilância igualmente era exercida sendo vista também pelo autor como rede de poder-prazer onde as relações de poder se davam na separação entre adultos e crianças, meninos e meninas, na ênfase dos cuidados com a puberdade, com os supostos perigos da masturbação e a própria sexualidade infantil (FOUCAULT, 2017, p. 51).

Assim, observa-se que sociedade burguesa vivenciou entre os séculos XIX e XX uma intensa proliferação das múltiplas sexualidades, sejam elas: as que aparecem com as idades [...] as que se fixam em gostos [...] ou, as que investem difusamente no relacionamento [...] as que habitam os espaços definidos (FOUCAULT, 2017, p. 53); bem como a proliferação de perversões sexuais, tomado o exposto Foucault afirma que essa proliferação serviu de consolidação das sexualidades periféricas que também se multiplicaram.

Concomitantemente à essa propagação de perversões e múltiplas sexualidades os lucros econômicos através da medicina, psiquiatria, prostituição e pornografia também aumentaram, fortalecendo a ideia do autor de que poder e prazer não se contrapõe e sim se relacionam.

Ao iniciar a discussão sobre a *scientia sexualis* Michel Foucault chama a atenção para uma nova forma de discurso científico diferente do antigo que, recusa falar diretamente do sexo, deixava de subordina-se a moral da época, que era “volúvel no proclamar suas repugnâncias, pronta a correr em socorro da lei e da opinião dominante; mais servil ante às potências da ordem do que dócil às exigências da verdade” (FOUCAULT, 2017, p. 60). Passando a falar do sexo de forma neutra consolidando um avanço na ciência.

Sobre a ciência do século XIX: “parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral, e uma medicina do sexo obediente a regras de origens inteiramente diversas.” (2017, p. 61), como afirma Foucault, sendo que, uma fala a respeito da vontade de saber que sustenta o discurso do sexo e outra obstinada em não saber; a verdade do sexo entrava em jogo.

E para produzir essa tal verdade do sexo o autor chama a atenção para duas formas existentes que se incubem dessa tarefa, uma delas é a *ars erótica*, que busca fazer referência a

verdade ao prazer em si e não em uma lei absoluta, vejamos o que Foucault diz sobre esse meio de produção de verdade sobre o sexo:

Na arte erótica, a verdade é extraída do próprio prazer, encarado como prática e recolhido como experiência; não é por referência a uma lei absoluta do permitido e do proibido, nem a um critério de utilidade, que o prazer é levado em consideração, mas, ao contrário, em relação a si mesmo: ele deve ser conhecido como prazer, e portanto, segundo sua intensidade, sua qualidade específica, sua duração, suas reverberações no corpo e na alma. (2017, p. 64).

Assim esse saber volta-se diretamente para o próprio ato sexual, civilizações como China, Japão, Índia e Roma valoravam essa forma de saber. Esse saber permanecia nas sombras, não exatamente por medo de ser julgado ou se tornar impuro, mas por acreditar que assim deveria permanecer para que a pudesse haver eficácia e se obter virtude e experiência por meio dele. Para a *ars erotica* o mestre possuía o saber, e em sua relação com o discípulo, transmitia esse conhecimento, como por exemplo: “Na Grécia a verdade e o sexo se ligavam, na forma da pedagogia, pela transmissão corpo-a-corpo de um saber precioso; o sexo servia como suporte às iniciações do conhecimento” (FOUCAULT, 2017, p. 68).

O outro saber que figura nos escritos de Michel Foucault é *a scientia sexualis* desenvolvida pelo ocidente para produzir discursos sobre a verdade do sexo. Desenvolveu-se para tal propósito procedimentos importantes na produção de poder-saber, esses procedimentos se contrapõem em relação a *ars erotica* uma vez que dentre essas técnicas, digamos que a mais importante delas, está a confissão.

As técnicas de confissão visavam colher a verdade do sexo através dos depoimentos dos fiéis a princípio, mas então expandiu-se para outras áreas como: a justiça criminal, as consultas medicas ou psicológicas. Tornando a confissão com uma pratica altamente valorizada na produção de verdade em vários sentidos e “Desde então nos tornamos uma sociedade singularmente confessanda.” (FOUCAULT, 2017, p. 66). E assevera Foucault:

A confissão difundiu amplamente seus efeitos: na justiça, na medicina, na pedagogia, nas relações familiares, nas relações amorosas, [...] confessam-se os crimes, os pecados, os pensamentos e os desejos, confessam-se passado e sonhos, confessa-se a infância; confessam-se as próprias doenças e misérias; [...] confessa-se em público, em particular, aos pais, aos educadores, ao médico, àqueles a quem se ama; fazem-se a si próprios, no prazer e na dor, confissões impossíveis de confiar a outrem [...]. Confessa-se — ou se é forçado a confessar. Quando a confissão não é espontânea ou imposta por algum imperativo interior, é extorquida; desencavam-na na alma ou arrancam-na ao corpo. A partir da Idade Média, a tortura a acompanha como uma sombra, e a sustenta [...] Tanto a ternura mais desarmada quanto os mais sangrentos poderes têm necessidade de confissões. O homem, no Ocidente, tornou-se um animal confidente (2017, p. 66).

Para o ocidente a confissão é quem se articula a verdade do sexo, ao contrário da *ars erotica*, para a civilização ocidental, quem é o transmissor (pessoa que confessa) é quem adquire o feito da verdade e não o contrário como na forma de saber anterior, onde quem contrai os efeitos é quem recebe (discípulo).

Com o passar do tempo os arquivos das confissões que antes eram destruídos começaram a serem estudados, classificados os tipos de prazeres confessados, isso através da pedagogia, psiquiatria e medicina. Nesse momento os prazeres singulares passaram a ter uma investigação mais intensa, mas não pelo viés do pecado e sim pelo próprio corpo e pela vida. Temos então a partir daí a confissão e os discursos científicos como forma de aumentar a produção de saber-prazer.

Da relação entre os discursos da *scientia sexualis* emerge o termo sexualidade como verdade do sexo e dos prazeres e essa sexualidade foi definida, segundo Foucault como: “[...] domínio penetrável processos patológicos, solicitando, portanto, intervenções terapêuticas ou de normatização [...] (2017, p. 77)”, fazendo-se necessário investigação continua sobre tal verdade sustentado por uma teia de discursos a respeito da sexualidade.

A sociedade capitalista não reagiu em negativa ao sexo, mas se propôs a construir um dispositivo produtor da verdade sobre o mesmo, a sexualidade. “Como se lhe fosse essencial que o sexo se inscrevesse não somente numa ordem do prazer, mas também num regime ordenado de saber. (FOUCAULT, 2017, p. 78)”.

Ars erotica contra scientia sexualis, contudo a ars erotica não desapareceu por completo, mas a sociedade oriental descobriu o “prazer específico do discurso verdadeiro sobre o prazer (FOUCAULT, 2017, p. 80)”, mais uma vez o autor reafirma uma explosão de múltiplos discursos sobre o sexo contrapondo a ideia de repressão a qual o autor obstinou-se a contrapor.

A sexualidade para Foucault consiste em um dispositivo de poder-saber, que se configura nos discursos sobre as temáticas relacionadas ao sexo, e assim, somente poderia existir na multiplicidade de pontos de resistência/enfrentamento, ou seja, nas relações de poder, pois como o próprio Foucault disse: “onde há poder há resistência”.

Por falar em resistência, a psiquiatria, a pedagogia e outros instrumentos produtores de discursos, trazem consigo um vasto aparato de controle das chamadas perversões, como já havia citado, porém nesse momento convém atentar para o contraponto, a reação sobre esses discursos. A homossexualidade compôs uma das resistências surgidas em contraponto às perversões, começando a falar de si própria e produzindo seus próprios discursos na busca por aceitação e afirmação de sua naturalidade.

Contudo, através da genealogia do poder relacionado a sexualidade Michel Foucault elege inúmeros argumentos para fundamentar a promoção do saber acerca da sexualidade, desmitificando assim a hipótese repressiva de que o sexo foi absolutamente negado e enclausurado através dos séculos, mostrando acontecimentos históricos que fizeram parte da solidificação da sexualidade como dispositivo de saber-prazer como corrobora o próprio Foucault: “ a história de uma censura dificilmente suprimida, reconhecer-se-á, ao contrário, a lenta ascensão, através de um dispositivo complexo para nos fazer falar do sexo.(1984, p. 173)”. Finalizando assim o primeiro livro da trilogia História da Sexualidade: A vontade de saber.

1.2 UMA CURVA NO CAMINHO DE PESQUISA.

O segundo livro da trilogia História da Sexualidade de Michel Foucault é O uso dos prazeres, que em relação ao anterior traz um recuo histórico ainda maior, até a antiguidade grega e romana e busca analisar dessa vez não os dispositivos de poder, mas sim a subjetividade do indivíduo em relação a moral e a ética, buscando saber como esse indivíduo se reconhece em relação a conduta sexual, em resumo investigar a história do homem de desejo.

Mesmo que o autor não pretendesse pesquisar uma história da sexualidade enquanto experiência e sim os dispositivos e mecanismos de poder por meio dos quais a sexualidade se propagou; sentiu-se instigado a enveredar por esse caminho de pesquisa, da subjetividade dos atores da sexualidade, questionar como eles foram levados a se reconhecer com sujeitos sexuais ou de desejo e sobre isso Foucault relata: “era esse tema que se encontrava, segundo certas variantes, no centro da teoria clássica da sexualidade [...] (1984, p. 9)”.

Em todo caso, parecia difícil analisar a formação e o desenvolvimento da experiência da sexualidade a partir do Século XVIII, sem fazer, a propósito do desejo e do sujeito desejante, um trabalho histórico e crítico. Sem empreender, portanto, uma "genealogia". Com isso, não me refiro a fazer uma história das concepções sucessivas do desejo, da concupiscência ou da *libido*, mas analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído (FOUCAULT, 1984, p. 9-10).

Passou-se então a empreender uma pesquisa da História do homem de desejo, indagar através de que a humanidade se reconheceu como desejante. Para realizar tal feito, neste livro o autor faz um retrocesso ainda maior no tempo chegando dessa vez a Antiguidade para fazer a seguinte indagação: “de que maneira, por que e sob que forma a atividade sexual foi

constituída como campo moral? (FOUCAULT, 1984, p. 16)”. Que por muitas vezes e em algumas sociedades passam a ser maior do que se tem em outras áreas.

A arte da existência constituiu na antiguidade práticas voluntárias e auto avaliativas através das quais se instituíam regras de conduta, convivência que buscavam moldar a si próprio produzindo valorização de si enquanto ser humano através de valores estéticos. Porém com o surgimento do cristianismo essas técnicas de si perdem força para o poder exercido pela pastoral e futuramente para outros poderes como a medicina, pedagogia e psicologia.

Perseguindo as problematizações éticas das práticas de si Foucault contrapõe aspectos entre as sociedades gregas e romanas com o cristianismo, por exemplo, a marginalização das práticas sexuais entre pessoas de mesmo sexo ao passo que o cristianismo condenou e excluiu tais práticas, gregos praticavam regulamentemente entre os homens como forma de transferência de saberes; o próprio ato sexual, no cristianismo foi atrelado ao mal e ao pecado enquanto a Antiguidade havia dotado de positividade e vida.

O cristianismo trouxe consigo regras e modelos de conduta que condenavam quem não as cumpria, o casamento também tinha seus modelos a seguir incluindo a conduta sexual onde o sexo não era completamente livre, mas sim repleto de contenções para que fosse considerado valoroso; os homossexuais tinham figura pré-estabelecida onde figuravam como afeminados e eram descritos como desqualificadas de conduta, sem pudor. De fato, essa imagem negativa e caricata feita do sujeito homossexual nos persegue até a atualidade como afirma Foucault:

Dever-se-ia, sem dúvida, estabelecer a longa história dessa imagem (à qual puderam corresponder comportamentos efetivos, através de um complexo jogo de indução e desafio). Ler-se-ia, na intensidade tão vivamente negativa desse estereótipo, a dificuldade secular, em nossas sociedades, para integrar os dois fenômenos, aliás, diferentes, que são a inversão dos papéis sexuais e a relação entre indivíduos do mesmo sexo. Ora, essa imagem, com a aura repulsiva que a envolve, percorreu séculos; ela já estava muito nitidamente delineada [...] (2017, p. 25).

Descrevia-se como virtuoso aquele capaz de se abster do prazer sexual, um herói que se mostrava mais forte que a tentação, que o desejo, visto assim com detentor do domínio de si próprio, sendo ainda considerados como sábios com acesso a verdade, tudo isso através da abstinência sexual. Esses e outros princípios da moral cristã eram universais, contudo esse conjunto de regras e padrões de conduta moral não era valido para os dois sexos e sim para os homens para a conduta masculina, viril, moral feita por homens e para homens, onde a mulher assume papel somente de objeto.

Em determinado ponto do livro o autor alerta para um paradoxo sobre a lógica grega, onde os gregos aceitavam e praticavam o homossexualismo masculino, porém seus filósofos

conceberam como ponto de abstenção, um homem casado podia ter outras mulheres, mas os moralistas exaltavam o homem cujo em seu matrimônio só teria relações sexuais com sua esposa, nunca viram o prazer sexual como mal ou como antinatural, entretanto seus médicos se preocuparam em vincula-lo com a saúde e elaborar uma gama de perigos sobre essa prática.

Os gregos não faziam diferença entre relações sexuais com pessoas do mesmo sexo ou do sexo oposto; para eles muito mais importante era a distinção entre o homem temperante e senhor de si e entre aquele que se entregava deliberadamente aos prazeres. Os códigos e os costumes eram muito mais soltos, o que significava liberdade para atrair-se por homens ou mulheres, não sendo um melhor ou pior que outro.

Bissexualidade dos gregos? Se quisermos dizer com isso que um grego podia, simultânea ou alternadamente, amar um rapaz ou uma moça, que um homem casado podia ter seus *paidika*, que era corrente, após as inclinações "para rapazes" na juventude, voltar-se de preferência para as mulheres, então, pode-se muito bem dizer que eles eram "bissexuais". Mas se quisermos prestar atenção à maneira pela qual eles refletiam sobre essa dupla prática, convém observar que eles não reconheciam nela duas espécies de "desejos", "duas pulsões", diferentes ou concorrentes, compartilhando o coração dos homens ou seus apetites. Podemos falar de sua "bissexualidade" ao pensarmos na livre escolha que eles se davam entre os dois sexos, mas essa possibilidade não era referida por eles a uma estrutura dupla, ambivalente e "bissexual" do desejo. A seus olhos, o que fazia com que se pudesse desejar um homem ou uma mulher era unicamente o apetite que a natureza tinha implantado no coração do homem para aqueles que são "belos", qualquer que seja o seu sexo (FOUCAULT, 1984, p. 232-233).

Como podemos observar os gregos não tomavam a afetividade seja ela entre pessoas do mesmo sexo ou entre pessoas de sexo diferente como duas vertentes diferentes ou mesmo tendências opostas. Também não existiam problemas de intolerância uma vez que essas práticas eram aceitas pela opinião pública sendo os indivíduos livres, pois essa era uma prática culturalmente valorizada. Entretanto os rapazes efeminados eram alvo de zombaria, bem como os que eram demasiado oferecidos ou devassos.

Ao problematizar o uso dos prazeres dos aphrodisia em relação ao amor pelos rapazes Foucault chama atenção para as possíveis aproximações entre as relações sexuais e as próprias relações sociais no sentido de que:

Deve-se entender por esse princípio que a relação sexual — sempre pensada a partir do ato modelo da penetração e de uma polaridade que opõe atividade e passividade — é percebida como do mesmo tipo que a relação entre superior e inferior, aquele que domina e aquele que é dominado, o que submete e o que é submetido, o que vence e o que é vencido. As práticas de prazer são refletidas através das mesmas categorias que o campo das rivalidades e das hierarquias sociais: analogias na estrutura agonística, nas oposições e diferenciações, nos valores atribuídos aos respectivos papéis dos parceiros. E pode-se compreender, a partir daí, que há, no comportamento sexual, um papel que é intrinsecamente honroso e que é

valorizado de pleno direito: é o que consiste em ser ativo, em dominar, em penetrar e em exercer, assim, a sua superioridade (FOUCAULT, 1984, p. 263-264).

Observa-se que a vida afetiva entre rapazes não era levada à revelia, mas sim haviam convenções instituídas para essas relações com estratificações de poder entre o casal, onde ambos deviam se honrar cada um a seu modo, um deles protegia o outro e lhe concedia seus favores enquanto que este outro lhe devia gratidão e devia cuidar do seu amado. Mesmo que as relações homoafetivas fosse consentidas era expressamente vexatório o ato de prostituição masculina, uma vez que o homem era figura central do poder na antiguidade, dessa forma tornava-se o rapaz que se prostitui desonrado publicamente e lhe causando a perda de seus direitos.

O autor termina por constatar que a sexualidade é alvo de um domínio da moral desde antiguidade, apresentando atenuação com o cristianismo. Tendo as práticas de prazer, que ser conduzidas a um comportamento racional, moral e ético fazendo uso de mecanismos para regular as práticas sexuais na busca do domínio de si, que consiste em ter o controle sobre seus desejos, instintos e ações.

1.3 A SEXUALIDADE COMO ALVO DA MORAL DOS APHRODISIA

No terceiro e último livro da coleção o autor inicia falando do estudo dos sonhos, muito valorizado como técnica de existência, os sonhos eram interpretados como presságios dos deuses que revelavam um vislumbre do futuro aos homens. Tomado como exemplo a produção escrita por Artemidoro (1975) “A chave dos sonhos” onde ele lista como descreve como analisar detalhadamente um sonho. Porém Foucault chama atenção:

Pode-se, portanto, pedir a esse texto de Artemidoro que dê testemunho sobre uma tradição moral bastante difundida e, sem dúvida, bastante ancorada na Antiguidade. Mas é preciso ainda ter em mente que, apesar de o texto ser abundante em detalhes e apresentar com relação aos sonhos um quadro de diferentes atos e relações sexuais possíveis, de uma forma mais sistemática do que qualquer outra obra da mesma época, ele não é de modo algum um tratado de moral que teria como objetivo principal formular julgamentos sobre esses atos e essas relações (FOUCAULT, 2017, p. 14).

Após o processo de análise e decifração dos sonhos inicia-se juntamente uma técnica para decifrar a moral presente nos sonhos de cunho sexual. Para decifrar os sonhos definiu dois tipos de sonhos: *enupnia* que diz respeito ao próprio indivíduo na atualidade na sua condição, advindo do estado do corpo e da alma como, por exemplo, um indivíduo que está apaixonado

sonha com a sua amada; o outro tipo de sonho é *oneiroi* que profere sobre o mundo e o que nele ocorre antecipando a cadeia do tempo.

Para descobrir em qual dos dois esquemas de sonhos um referido sonho se enquadra, faz necessário segundo Artemidoro (1975) indagar sobre o sujeito que o sonha. Para ele os virtuosos não possuem sonhos do tipo *enupnia* pois esses sujeitos já têm sobre si total controle de seus desejos e medos, os moralistas da época acreditavam que a virtude fosse “marca pelo desaparecimento dos sonhos (de estado) que traduzem no sono os apetites ou os movimentos involuntários da alma e do corpo” (FOUCAULT, 2017, p. 17). Esse propósito seria facilmente justificado pela máxima de que os deuses falavam diretamente com os virtuosos.

Voltando para o cerne da pesquisa que é a sexualidade, Artemidoro (1975) se dispôs a escrever sobre os sonhos sexuais e os subdividiu em três: leal, ilegal e antinatural. Leva-se em consideração para essa distinção o sujeito com quem o sonhador se relaciona no sonho, sua esposa, o que seria legal do ponto de vista de reconhecer como atividade legitimada e próspera, para as amantes algo aproximado ao valor da esposa fazia valer também, entretanto a amante de certa forma lhe serve como vergonha e gasto, mas a prostituta é signo de antinaturalidade, se evocado pontos éticos e médicos que encaravam o desperdício de sêmen como prognóstico de morte. Além dessas formas de classificação havia também outras variáveis como idade, status social, beleza.

Esses atos sexuais ainda se bifurcam em um traço muito importante, o papel sexual que o sonhador assume no sonho: passivo ou ativo, sendo a posição de ativo em uma relação sexual entre dois homens considerada positiva e o contrário negativa; e tantas outras características que classificam entre legal, ilegal e antinatural. Porém a atividade sexual entre duas mulheres nos sonhos é considerada não somente como negativo, mas também como antinatural como aponta Foucault:

Quanto às relações entre mulheres, poder-se-ia perguntar porque elas aparecem na categoria dos atos “fora da natureza” ao passo que as relações entre homens se distribuem nas outras rubricas (e essencialmente naquela dos atos conformes à lei). A razão disso está, sem dúvida, vinculada à forma de relação que Artemidoro privilegia, a da penetração: por meio de um artifício qualquer, uma mulher usurpa o papel do homem, toma abusivamente sua posição e possui a outra mulher. Entre dois homens, o ato viril por excelência, a penetração, não é em si mesmo uma transgressão da natureza (mesmo se ele pode ser considerado vergonhoso, inconveniente, para um dos dois se submeter a ele). Em troca, entre duas mulheres um tal ato que se efetua a despeito daquilo que elas são, e como a recurso a subterfúgios, é tão fora da natureza como a relação entre um humano com um deus ou com um animal (2017, p. 32).

Após falar da moral analisada através dos sonhos, em especial a moral sexual, Foucault se volta para as práticas de si novamente onde os indivíduos são chamados a afirmar seu próprio

valor por meio de ações e demonstrações de prevalecer sobre o outro ou ter domínio total de seus próprios desejos e medos e da valorização de si para consigo mesmo, tomando o cuidado de si é como arte da existência.

O ser humano é definido nos *Diálogos* como o ser a quem foi confiado o cuidado de si. Aí reside a diferença fundamental em relação aos outros seres vivos: os animais encontram “tudo pronto” no que diz respeito ao que lhes é necessário para viver, pois a natureza fez de maneira que eles possam estar à nossa disposição sem que tenham de se preocupar com eles próprios e sem que tenhamos, nós, de nos ocuparmos com eles. Em troca, o homem deve velar por si mesmo: entretanto, não em consequência de alguma falta e o tornaria desse ponto de vista, inferior aos animais; mas, sim, porque o deus quis que o homem pudesse, livremente, fazer uso de si próprio; e é para esse fim que o dotou da razão; esta não deve ser compreendida como substituta das faculdades naturais ausentes; é, ao contrário, a faculdade que permite servir-se, quando e como convém, das outras faculdades; é até essa faculdade absolutamente singular que é capaz de se servir a si mesma; já que ela é capaz de “se tomar a si própria, assim como todo o resto como objeto de estudo” (FOUCAULT, 2017, p. 61).

O princípio do cuidado de si não é recomendado pelos filósofos apenas para a sua classe, mas, sim, para todos e para toda a vida, afirma Michel Foucault. Contudo a aplicação consigo não é apenas um conselho vago e geral, mas demanda uma série de atividades específicas a serem executadas para cada um dos atos e momentos da vida, entre eles os cuidados para com as enfermidades, para com os deuses, as atribuições de um governante para com seu povo e ainda as abstenções de práticas não aconselháveis. Tal esmiúçamento de práticas demanda tempo seja pela manhã ou pela noite para reflexão sobre suas práticas e para absorção de princípios úteis, além de todos os afazeres que já se dispendem dos próprios cuidados de si.

É no quadro dessa cultura de si, de seus temas e de suas práticas que foram desenvolvidas, nos primeiros séculos da nossa era, as reflexões sobre a moral dos prazeres; é preciso olhar para esse lado a fim de compreender as transformações que puderam afetar essa moral. [...] A mudança concerne muito mais à maneira pelo qual o indivíduo deve se constituir enquanto sujeito moral. O desenvolvimento da cultura de si não produziu seu efeito no reforço daquilo que pode barrar o desejo, mas em certas modificações que dizem respeito aos elementos constitutivos da subjetividade moral. Ruptura com a ética tradicional do domínio de si? É claro que não, mas deslocamento, desvio e diferença de acentuação. [...] A moral sexual exige, ainda e sempre, que o indivíduo se sujeite a uma certa arte de viver que define os critérios estéticos e éticos da existência; mas essa arte se refere cada vez a princípios universais da natureza ou da razão, aos quais todos devem curvar-se e da mesma maneira, qualquer que seja o seu *status*. (FOUCAULT, 2017, p. 87).

Com essas mudanças e deslocamentos da moral trouxeram algumas alterações entre elas Foucault chama atenção para as mudanças nas práticas matrimoniais e para as modificações no jogo político. Em relação ao casamento que nos gregos e romanos era marcado pela forte intervenção da instituição familiar e sua autoridade, mas com o passar do tempo uma “publicização”, termo utilizado por Foucault, do casamento ocorre.

Passando a ser “uma união livremente consentida entre dois parceiros” (FOUCAULT, 2017, p. 97). Apropria mulher ganha mais independência em relação a época clássica afirma o autor, entre as causas dessa modificação no status da mulher se dá por conta do fato da cidadania masculina ser suavizada com a queda das cidades-estados e as conquistas da independência jurídica da mulher tornando assim a intervenção do pai da mulher cada vez mais escassa. Os contratos sociais que permeiam o matrimônio passam ter certo equilíbrio nos direitos e deveres entre homens e mulheres principalmente no que diz respeito à fidelidade.

A medicina dos séculos I e II desenvolveu um sistema mais desenvolvido de patologias relacionadas ao sexo, mas também caracterizou a atividade sexual como terapêutica tanto sobre a alma quanto sobre o corpo, portanto os atos sexuais devem seguir um regime balanceado entre a prática e a abstenção sexual sabendo controlar suas pulsões. Assim nota-se, como afirma o filósofo e autor do livro, Michel Foucault, que mesmo antes do cristianismo a ética sexual já preexistia na cultura grega e romana.

Ao retroceder tão longe no tempo Foucault (2017) reconhece que acerca da moral sexual e dos prazeres “um certo reforço dos temas de austeridade”, inicia-se nos primeiros séculos da nossa era os cuidados médicos sobre a prática sexual, o incentivo a prática da abstenção sexual, a condenação dos prazeres fora do matrimônio e certa desqualificação pelo amor entre rapazes. Assim desenhava-se previamente uma moral vindoura que seria definitivamente instaurada com o cristianismo. Contudo a arte da existência e o cuidado de si prefiguram outras modalidades de relação consigo que viriam a serem propostas.

Após transcorrer a História da Sexualidade em Foucault podemos tirar algumas arguições de como a sociedade contempla e lida com as questões relacionadas a sexualidade humana. Sobre como a moral em volta do sexo se estabeleceu, ao contrário de uma lógica repressiva e de interdição relacionadas ao sexo, as sociedades, desde a antiguidade se propuseram a falar sobre o sexo e seus prazeres, sua moral, e falar cada vez com maior aprofundamento e especificidade.

O sexo já mais foi negado, exatamente o inverso, desde muito tempo vem sendo investigado, regulado, relatado, confessado e sejam quais as formas de falar sobre ele, estivemos sempre obstinados em pô-lo em discurso.

Constatamos com o passar do tempo as concepções e discursos negativos atribuídos as sexualidades periféricas, por parte dos mecanismos de poder como a medicina e a psicologia. Acompanhamos como a heteronormatividade se constituiu como modelo a ser seguido e a o sexo ser confiscado pela instituição familiar e assumida apenas como positiva dentro do seio

do casal heteros e reprodutor. Repleta de binarismos entre licito e ilícito, natural e antinatural, heterossexual e homossexual a sexualidade é tomada por extremismos.

E ainda podemos observar um esboço de resistência provocado por essas concepções, pois como o próprio Foucault disse sabiamente: “lá onde há poder há resistência” (2017, p. 104). E as resistências começaram a se levantar, em destaque especial para esse estudo, as resistências com representação homossexual, passando a falar de si mesmos, da posição que assumem na sociedade e buscando aceitação. Todos esses traços ainda nos cercam veementemente apesar do longo percurso até os dias atuais.

2. CONCEITOS IMPORTANTES, LEGISLAÇÃO, LUTAS E RESISTÊNCIAS

“Romper o preconceito e coibir a discriminação para com lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres transexuais e homens trans perpassa pela promoção dos Direitos Humanos. Compete ao poder público informar à sociedade como um todo acerca do respeito ao próximo [...] Não podemos deixar que a ignorância e a falta de informação vençam o respeito ao ser humano [...] Lembramos, por fim, que é papel essencial do Estado promover a cidadania plena, por meio da educação e pela inclusão de todas as pessoas.”

(Secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania, 2017, p. 8)

2.1 TERMOS, CONCEITOS E EXPRESSÕES LGBT

Antes de iniciarmos o nosso percurso pelos enfrentamentos e lutas da comunidade LGBT na busca pela sua valorização e aceitação na sociedade, é essencial ter ciência de alguns conceitos que serão recorrentes e pertinentes a esse trabalho, esses conceitos estão de acordo com a cartilha Diversidade Sexual e Cidadania LGBT (2017) desenvolvida pela Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania e Manual de Comunicação LGBT (ABGLT, 2010).

Começamos pelo conceito de sexualidade, de acordo com a cartilha Diversidade Sexual e Cidadania LGBT (2017, p. 16), a sexualidade consiste na combinação de alguns fatores, entre eles biológicos, culturais, psicológicos e sociais podendo se vivenciada de várias maneiras e com diferentes formas de expressar-se. Sexualidade transcende os limites do ato sexual e inclui sentimentos, fantasias, desejos, sensações e interpretações.

Outros conceitos referentes à *diversidade sexual* são os de sexo biológico, orientação sexual e identidade de gênero. Esses três conceitos são geralmente confundidos, porém tem sentidos distintos.

O *sexo biológico* é formado pelo conjunto de informações genéticas, órgãos sexuais, aparelhos reprodutivos que classifica a humanidade em machos e fêmeas, vale lembrar também da existência do *intersexo* que dispõe de uma combinação dos fatores citados a cima (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 16).

Por outro lado a *orientação sexual* é a atração sexual e afetiva que uma pessoa tem para com a outra, é valido lembrar que a expressão *opção sexual* é incorreta, pois ninguém opta

conscientemente pela sua sexualidade (ABGLT, 2010, p. 10), existem três grupos com maior incidência: *heterossexual* que é a pessoa que se sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do sexo/gênero oposto (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 16); *homossexual* é a pessoa que sente atraída afetiva e/ou sexualmente por pessoas do mesmo sexo/gênero, existem dentro dessa categoria um subdivisão: *gays* homens que se sentem atraídos por outra pessoa do mesmo sexo/gênero, *lésbicas* mulheres que se sentem atraídas por outra pessoa do mesmo sexo/gênero; os *bissexuais* são pessoas que se sentem atraídos por outra pessoa de ambos os sexos/gêneros (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 16).

A palavra *homossexualismo* é utilizada preconceituosamente por conservadores para designar pessoas homossexuais, caracterizado pelo sufixo “ismo” esse termo remete à doença, o termo correto para definir a opção sexual homossexual é *homossexualidade* que denota identidade, modo de ser da orientação sexual (ABGLT, 2010, p. 11).

Heterossexualidade é o termo utilizado para descrever a sexualidade dos heterossexuais em seu sentido mais abrangente, compreendendo não só a esfera sexual em si (atração e prática do ato sexual), como também a esfera afetiva e a implicação de ambas em comportamentos e relações humanas (ABGLT, 2010, p. 13).

Heteronormatividade é a expressão utilizada para descrever ou identificar uma suposta norma social relacionada ao comportamento padronizado heterossexual. Esse padrão de comportamento é condizente com a ideia de que o padrão heterossexual de conduta é o único válido socialmente. Esse conceito é base para argumentos discriminatórios e preconceituosos contra LGBT, principalmente aos relacionados à formação de família e expressão pública (ABGLT, 2010, p. 12).

Homoafetivo é o adjetivo utilizado para descrever a complexidade e a multiplicidade de relações afetivas e/ou sexuais entre pessoas do mesmo sexo/gênero. Não é usado para descrever pessoas, mas sim as relações entre as pessoas do mesmo sexo/gênero (ABGLT, 2010, p. 13).

Antes de falarmos de identidade de gênero vejamos o conceito de *gênero* propriamente dito. Advindo da luta feminista o termo gênero surge para distinguir-se da dimensão biológica tendo como foco a dimensão social como parâmetro. Embora a biologia dívida a espécie humana entre machos e fêmeas, a maneira de ser homem e de ser mulher é expressa pela cultura. Assim, homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência direta da anatomia de seus corpos (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 17).

Já a *identidade de gênero* é a forma como um indivíduo se vê inserido na sociedade, percebendo-se como sendo do gênero masculino, feminino ou de uma combinação dos dois, ou

seja, gênero é a forma como a pessoa se descreve e anseia ser reconhecida pelos outros (ABGLT, 2010, p. 16).

Quanto à identidade de gênero existem também outras repartições: *cisgênero* é a pessoa cuja identidade de gênero está alinhada ao seu sexo biológico (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 18), esse termo pode ser utilizado como oposto de *transgênero* que é a terminologia normalmente utilizada para descrever pessoas que transitam entre os gêneros vivenciam os papéis de gênero de maneira não convencional (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 19).

Transsexual é a pessoa que possui sexo biológico divergente da identidade de gênero assumida por si mesmo e não aceita o sexo biológico que possui passando assim a realizar intervenções médicas e cirúrgicas, inclusive de *redesignação sexual*, conhecida como mudança de sexo, ou melhor, de órgão sexual, para adequar seu corpo a sua identidade de gênero; *travesti* é a pessoa que nasce com sexo masculino/feminino, mas possui identidade de gênero contrária ao seu sexo biológico, assumindo papéis de gênero diferentes daqueles impostos pela sociedade. Diferentemente das transexuais, as travestis não desejam realizar a cirurgia de redesignação sexual (mudança de órgão genital) (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 19).

Nome social: mais do que a forma como a pessoa transgênero se reconhece e é conhecida no ambiente social em que vive e se relaciona, é uma característica constitutiva de sua identidade de gênero que deve ser respeitada, com base no fundamento constitucional da dignidade da pessoa humana (Diversidade Sexual e Cidadania LGBT, 2017, p. 21).

Homofobia: tem sido um conceito guarda-chuva, utilizado para descrever um variado leque de fenômenos sociais relacionados ao preconceito, à discriminação e à violência contra homossexuais. Na maior parte das vezes, os fenômenos da intolerância, do preconceito e da discriminação em relação a gays, lésbicas (*lesbofobia*) e transgênero (*transfobia*) devem ser tratados, não com terapia e antidepressivos, como no caso das demais fobias, mas sim com punição legal e educação (ABGLT, 2010, p. 21).

2.2 MOVIMENTO LGBT NO BRASIL: CONQUISTAS E ENFRENTAMENTOS

As resistências são iminentes ao poder segundo Foucault, e é nesse sentido que seguiremos esse capítulo, buscando fazer um levantamento das conquistas alcançadas, lutas travadas e direitos assegurados através da militância das chamadas minorias sexuais.

Nesse sentido iniciemos a nosso percurso pela Constituição Federal de 1988 que assegura a cidadania, igualdade, dignidade a todos os cidadãos, princípios básicos para a

construção de uma sociedade livre. Entretanto, no plano da realidade consiste em tarefa árdua garantir o direito de igualdade social a todos.

Os entraves pelos direitos iguais foram inicialmente tomados pelas mulheres na busca pelo direito ao voto, desde então as lutas e resistências se alargaram fortemente no âmbito da política e das representações sociais. Tomando como foco de estudo o binarismo de gênero as primeiras ondas do feminismo discutiam seu espaço na sociedade.

Com base em Foucault, que definiu a sexualidade como construção social e movimento de relação de forças, a frase “a gente não nasce mulher, torna-se mulher” (1980), dita por Simone Beauvoir tornou-se uma máxima dos movimentos feministas e futuramente impulsionaria também os movimentos homossexuais. E é através das lutas e estudos feministas que surge a diferenciação entre sexo e gênero como afirma Louro (1997) citando Scott:

E através das feministas anglo-saxãs que *gender* passa a ser usado como distinto de *sex*. Visando "rejeitar um determinismo biológico implícito no uso de termos como sexo ou diferença sexual", elas desejam acentuar, através da linguagem, "o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo". (1997, p. 21)

Não há nessa afirmação intuito de negar o corpo sexuado e biológico, mas sim evidenciar os traços sociais que constituem os sujeitos, e o gênero como constituinte da identidade de um sujeito. Identidades que podem ser múltiplas ao dizer que o gênero também constitui o sujeito tanto quanto, etnia, nacionalidade e outros aspectos; e é nesse sentido que se iniciam os movimentos homossexuais.

Segundo o Histórico da luta LGBT no Brasil escrito pela doutora em ciências sociais Regina Facchini (2011), os primeiros movimentos contrários a desvalorização dos homossexuais surgiram na década de 1940 em Amsterdam, com os criadores do grupo *Center for Culture and Recreation* que faziam publicações intituladas em português como “direito de viver”, sobre homossexualidade.

Ainda segundo Facchini as décadas de 1960 e 1970 foram marco para os movimentos homossexuais:

O grande marco internacional do movimento homossexual nesse período, que perdura até hoje, foi a revolta de *Stonewall*, um bar de frequência homossexual em Nova York. Constantemente abordados pela polícia, os frequentadores do bar partiram para o confronto aberto com os policiais em 28 de junho de 1969, data que se internacionalizou como o "Dia do Orgulho Gay" (FACCHINI, 2011).

No Brasil a década de 1960 é marcada por outro fato histórico, a ditadura militar. Por conta da forte censura e repressão eminentes grupos clandestinos se formavam no seio da pátria

brasileira, entre esses movimentos identitários encontravam-se o movimento feminista, movimento negro e movimento homossexual.

O nascimento do movimento homossexual no Brasil é marcado pela afirmação de um projeto de politização da questão da homossexualidade em contraste às alternativas presentes no "gueto" e em algumas associações existentes no período anterior ao seu surgimento. Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como "não-politizada", por estar exclusivamente voltada para a "sociabilidade". Entre essas primeiras formas de associação de homossexuais, figuravam iniciativas como pequenos jornais distribuídos em bares, fã-clubes de artistas e bailes de carnaval onde homossexuais se encontravam (FACCHINI, 2011).

Entre os grupos formados nesse período o grupo Somos de afirmação sexual figurava entre os mais importantes e nele a luta pela mudança na sociedade, nas hierarquias sociais de gênero e sexualidade, no grupo somente eram admitidos homossexuais e uma das bandeiras de lutas levantadas pelo grupo era "o esvaziamento do caráter pejorativo das palavras "bicha" e "lésbica" " (FACCHINI, 2011).

Em 1979 inicia-se no Rio de Janeiro a campanha para a remoção da homossexualidade do quadro do CID (Código Internacional de Doenças). Em 1980 temos o surgimento do primeiro grupo de homossexuais feminino, composto exclusivamente por lésbicas, advindo de uma ruptura do grupo Somos de São Paulo, ainda em 1980 um outro grupo importante surge, o Grupo Gay da Bahia (GGB) que iria lutar pelos direitos civis dos homossexuais, bem como o grupo Triângulo Rosa.

Ainda no início dos anos 1980, como afirma Louro (2008), com o surgimento da AIDS, traria para o movimento homossexual dois movimentos distintos, um deles em caráter positivo e outro negativo: popularmente conhecido como câncer gay, a AIDS fez crescer ainda mais o repúdio de parte da sociedade para com a população homossexual, entretanto redes de solidariedade, que serviram de alavanca para o movimento, se formaram como familiares das vítimas da AIDS e trabalhadores da área da saúde. Guacira Louro (2008) ilustra bem esse acontecimento citar Trevisan (2000) dizendo:

O vírus da Aids realizou em alguns anos uma proeza que nem o mais bem-intencionado movimento pelos direitos homossexuais teria conseguido, em muitas décadas: deixar evidente à sociedade que o homossexual existe e não é o *outro*, no sentido de um continente a parte, mas está muito próximo de qualquer cidadão comum, talvez ao meu lado e — isto é importante! (2008, p. 36).

Mais uma das mudanças desse período é o do termo "opção sexual" para "orientação sexual" e isso "implica afirmar que não se trata de escolha individual racional e voluntária, mas

não se trata também de uma determinação simples.” (FACCHINI, 2011). E seguem os avanços e conquistas dessa década para as minorias sexuais:

Durante a Constituinte de 1988, foi do *Grupo Triângulo Rosa* a articulação do movimento homossexual para reivindicar a inclusão da expressão "orientação sexual" na Constituição Federal, no artigo que proíbe discriminação por "origem, raça, sexo, cor e idade" e no artigo que versa sobre os direitos do trabalho. Embora sem sucesso nesse momento, essa iniciativa fez com que o combate a esse tipo de discriminação se tornasse pauta do movimento, sendo posteriormente incluído nas legislações de vários Estados e municípios. (FACCHINI, 2011).

Já na década de 1990 o movimento passou por uma expansão no número de grupos militantes em todos os estados do país, (FACCHINI, 2011) e nesse momento surge a diferenciação entre os vários sujeitos políticos dentro do próprio movimento homossexual: lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais visando responder as demandas individuais de cada coletivo.

Em 1995 ocorre a fundação da rede de organizações LGBT, a ABGLT (Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis). É considerada a maior rede LGBT da América Latina com cerca de 200 organizações em todo o país atuou e atua promovendo uma série de ações no âmbito legislativo e judicial, orientadas para acabar com diferentes formas de discriminação e violência contra a população LGBT, como é o caso das campanhas de sensibilização de parlamentares e da população em favor da aprovação de projetos de lei [...] começa a se construir publicamente a ideia de LGBT como sujeitos de direitos (FACCHINI, 2011).

Segundo Regina Facchini (2011) após a criação da primeira rede nacional, poder-se-ia afirmar a existência de sete redes no ano de 2007 e entre elas: a ABGLT, a Associação Brasileira de Lésbicas (ABL), a Liga Brasileira de Lésbicas (LBL), a Associação Nacional de Travestis (Antra), o Coletivo Nacional de Transexuais (CNT), o Coletivo Brasileiro de Bissexuais (CBB) e a Rede Afro LGBT. É também nesse contexto que surgem as Paradas do Orgulho LGBT, a Parada de São Paulo é atualmente uma das maiores celebrações da diversidade e reivindicação de direitos no mundo.

Afirmar LGBT como sujeitos de direitos implica um crescimento da importância das relações movimento e Estado, bem como com o movimento LGBT e os movimentos por direitos humanos em nível internacional. Isso ocorre não apenas pelo apoio financeiro que o Estado ou as organizações internacionais passam a oferecer às organizações ativistas, mas especialmente pela abertura de canais de interlocução política com os governos e com atores internacionais. Se, no primeiro momento, a questão era a luta contra a Aids, as políticas relacionadas a direitos humanos começam a abrir espaço, até que se tem, em 2004, a criação do programa Brasil sem Homofobia, que é um programa nacional de articulação interministerial, cujo objetivo é inserir ações de combate à homofobia em diversos ministérios. Para tanto, são criados grupos de trabalho compostos por gestores, técnicos e ativistas, que passam então a contribuir na proposição e no controle social de políticas públicas.

Para além da atuação junto ao Poder Executivo, há todo um trabalho de sensibilização de parlamentares, investimento na eleição de parlamentares LGBT ou aliados e proposição de projetos de lei nos níveis federal, estadual e municipal. Entre tais projetos de lei, destacam-se os que atuam em relação ao reconhecimento do direito à constituição de famílias, com os debates sobre reconhecimento de uniões homoafetivas e a garantia de direitos quanto à paternidade/maternidade; os que atuam na restrição de comportamentos discriminatórios; e os que procuram garantir o reconhecimento da identidade social de travestis e transexuais. A partir dos anos 2000, tem-se a formação de coletivos apoiadores da causa GLBT, como a Frente Parlamentar pela Livre Expressão Sexual em âmbito estadual e nacional, que é depois rebatizada em várias localidades de Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT. A esse trabalho de sensibilização e organização de apoiadores no interior do Estado dá-se o nome de *incidência política ou advocacy*. (FACCHINI, 2011).

Outro campo que teve avanços nesse percurso foi do das produções intelectuais, Facchini relata que a partir dos anos 1990 a produção acadêmica passa a se intensificar em relação as pesquisas sobre sexualidade e se tem início de ativismos dentro das universidades em favor da diversidade sexual. A visibilidade positiva da homossexualidade também aumentou, incluindo o mercado que passou lançar produtos para as demandas LGBT, representatividade também nas mídias: filmes, novelas e documentários.

Através das lutas e movimentos para remover a percepção de homossexuais como pessoa estigmatizada e marginalizada frente ao processo cultural institucional imposto pela cultura heteronormativa é que veio o avançar das resistências LGBT algumas políticas públicas foram se formando constituindo leis, decretos entre outros. Quanto às conquistas legais e datas importantes algumas delas serão catalogadas a partir de agora:

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 em seu artigo 2º versa sobre a capacidade que todos os seres humanos têm de gozar dos direitos e da liberdade estabelecida na própria Declaração, não sendo admitida distinção de espécie alguma, seja ela, de credo, raça, sexo, idioma, cor ou qualquer outra condição.

Em 1973, os Estados Unidos da América retiraram “homossexualismo” da lista dos distúrbios mentais da *American Psychology Association*, passando a ser utilizado o termo Homossexualidade.

Em nove de fevereiro de 1985, o Conselho Federal de Medicina aprovou a retirada, no Brasil, da homossexualidade do código 302.0, referente aos desvios e transtornos sexuais, da Classificação Internacional de Doenças.

A Constituição Federal de 1988 ao definir um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil aponta a promoção do bem de todos, sem preconceitos de raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Em 17 de maio de 1990, a Assembleia Mundial da Saúde aprovou a retirada do código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças da Organização Mundial da Saúde. Nesse dia se comemora o Dia de Combate à Homofobia. A nova classificação entrou em vigor entre os países-membro das Nações Unidas a partir de 1º de janeiro de 1993.

O Conselho Federal de Psicologia lançou em 1999 a resolução nº 1 que estabelece as normas de atuação dos psicólogos sobre a Orientação Sexual e ao considerar que a sexualidade compõe a identidade humana afirma que a homossexualidade não constitui perversão ou patologia. E através dos princípios éticos em seu artigo 3º resolve que os psicólogos não exercerão qualquer ação que favoreça a patologização de comportamentos ou práticas homoeróticas, nem adotarão ação coercitiva tendente a orientar homossexuais para tratamentos não solicitados.

A Superintendência de Seguros Privados regulamenta através da circular nº 257 de junho de 2004 o direito equiparado de companheiro ou companheira homossexual ao companheiro ou companheira heterossexual, na condição de dependente preferencial, ser o beneficiário do Seguro DPVAT.

O Dia da Visibilidade Lésbica com marco histórico em 29 de agosto refere-se ao dia em que se realizou o primeiro Seminário Nacional de Lésbicas, Senale, em 2006, no Brasil. É um dia dedicado a se discutir e dar visibilidade à comunidade de lésbicas no país.

No dia 08 de junho de 2008, durante a I Conferência Nacional GLBT, promovida pelo Governo Federal, envolvendo mais de 10 mil pessoas em conferências estaduais e 1.200 delegados/as nacionais, reunidos em Brasília, decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil.

Em dezembro de 2010 o Governo Federal institui nova competência e estrutura ao CNCND/LGBT (Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), por meio do decreto nº 7388, de 09 de dezembro de 2010. Para atender uma demanda histórica do movimento LGBT brasileiro e com a finalidade de potencializar as políticas públicas para a população LGBT, o agora CNCND/LGBT passa a ter como finalidade formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas para o combate à discriminação e para a promoção e defesa dos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais.

O Ministério do Estado da Previdência Social através da portaria nº 513, de 09 de dezembro de 2010, em seu artigo 1º, reconhece as uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo para assegurar-lhes iguais tratamentos aos seus dependentes para fins previdenciários.

O Conselho Nacional de Justiça por meio da resolução nº 175, de 14 de maio de 2013 dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo. E veta a recusa de realizar tais procedimentos sob pena de comunicação à corregedoria.

O Decreto federal nº 8.827, de 28 de abril de 2016, dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal, autárquica e fundacional.

2.3 ENTRE LEGISLAÇÃO E REALIDADE EM EDUCAÇÃO

Em especial, para a presente pesquisa, gostaríamos de salientar o Plano Nacional da Cidadania dos Direitos Humanos de LGBT de maio de 2009, que surge em decorrência da I Conferência Nacional GLBT, que divide-se em dois eixos estratégicos: o primeiro voltado à formação e promoção do conhecimento, formação de atores, defesa e proteção dos direitos, sensibilização e mobilização. O segundo eixo visa à formulação e promoção da cooperação federativa, a articulação e fortalecimento de redes sociais, a articulação com outros poderes, a cooperação internacional e a gestão da implantação sistêmica da política LGBT. Contendo 51 diretrizes; entre elas várias voltadas para a educação como as seguintes:

- 5.13. Inserção da temática LGBT no sistema de educação básica e superior, sob abordagem que promova o respeito e o reconhecimento da diversidade da orientação sexual e identidade de gênero;
[...]
- 5.15. Garantia, a estudantes LGBT, do acesso e da permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivos de orientação sexual e identidade de gênero;
[...]
- 5.29. Educação e informação da sociedade para o respeito e a defesa da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero;
- 5.30. Utilização de peças educativas e informativas atraentes, criativas e com linguagem adequada aos vários públicos aos quais serão dirigidas;
- 5.31. Inserção do enfrentamento à homofobia e à discriminação de gênero nos programas educativos desenvolvidos pelos órgãos municipais, estaduais e distrital de assistência social;
- 5.32. Formação e capacitação contínua de atores públicos e sociais na temática da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero.

O Plano Nacional da Cidadania dos Direitos Humanos de LGBT ainda possui 180 ações que vão orientar a elaboração de políticas públicas incluindo várias ações relacionadas a educação como:

1.1.1 Incluir recomendações relacionadas à promoção do reconhecimento da diversidade sexual e ao enfrentamento ao preconceito e à violência por orientação e identidade de gênero nos Editais de Avaliação e Seleção de Obras Didáticas do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM) e do Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA).

1.1.2 Incluir a população LGBT em programas de alfabetização, instituir e ampliar programas e projetos na área de saúde e educação nas escolas públicas do país.

1.1.3 Estimular e incluir as temáticas relativas à orientação sexual, identidade de gênero e raça/etnia nos currículos universitários, nas atividades de ensino, pesquisas de extensão, sem excluir nenhum campo do saber ou limitar a cursos da área da saúde.
[...]

1.1.5 Fomentar e apoiar cursos de pós-graduação em parceria com as universidades públicas sobre diversidade sexual para professores, gestores e profissionais que atuam nas diferentes áreas da gestão pública.
[...]

1.2.2 Criar um projeto de cooperação público-governamental de extensão nas escolas públicas, utilizando produções artístico-culturais com temática de sexualidade, diversidade sexual e identidade de gênero, com recorte de raça e etnia, como forma de educar para a cidadania e inclusão.
[...]

1.2.33 Criar um programa de bolsas de estudo que incentive a qualificação ou educação profissional de Travestis e Transexuais em diversas áreas.
[...]

1.3.1 Inserir nos livros didáticos a temática das famílias compostas por lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, considerando recortes de raça/etnia, orientação sexual, identidade de gênero e socioeconômica, os novos modelos de famílias homoafetivas, com ênfase nos recortes de raça/etnia, orientação sexual e identidade de gênero.

1.3.2 Incluir as temáticas relativas à promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas ações de Educação Integral
[...]

1.3.11 Promover palestras em órgãos públicos (Escolas, Universidades, e Unidade de Saúde) e privados sobre os direitos previdenciários da população LGBT, em parceria com o INSS.
[...]

1.4.1 Estimular e fomentar a criação e o fortalecimento de instituições, grupos e núcleos de estudos acadêmicos, bem como a realização de eventos de divulgação científica sobre gênero, sexualidade e educação, com vistas a promover a produção e a difusão de conhecimentos que contribuam para a superação da violência, do preconceito e da discriminação em razão de orientação sexual e identidade de gênero.

1.4.2 Produzir e/ou estimular a confecção e a divulgação de materiais didáticos e paradidáticos e de materiais específicos para a formação de profissionais da educação para a promoção do reconhecimento da diversidade de orientação sexual e identidade de gênero, inclusive em linguagens e tecnologias que contemplem as necessidades das pessoas com deficiências.

1.4.3 Produzir, apoiar e divulgar pesquisas que analisem concepções pedagógicas, currículos, rotinas, atitudes e práticas adotadas no ambiente escolar diante da diversidade de orientação sexual e de identidade de gênero, para contribuir para a implementação de políticas educacionais voltadas para a superação do preconceito, da discriminação e da violência sexista e homofóbica.

Existe ainda em termos de educação o programa do Governo Federal intitulado Brasil sem Homofobia e especificamente para as escolas há o Projeto Escola sem Homofobia. Esse projeto conta com a orientação técnica da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – do Ministério da Educação.

O Projeto Escola sem Homofobia tem como objetivo promover no ambiente escolar um sistema de relações sociais que garantam o respeito a todas e todos sem distinção de orientações sexuais ou identidade de gênero, agenciando assim um instrumento de combate a homofobia na escola e através do seu caráter formador de cidadania também contribuir para a subversão da homofobia na sociedade em geral.

Dentro do material do Projeto Escola sem Homofobia encontra-se o um caderno que proporciona uma base teórica para trabalhar temas como os de diversidade sexual, gênero, identidade de gênero e homofobia, através de ferramentas pedagógicas como atividades e oficinas, indicações de files. O caderno aponta a comunidade escolar e em especial os alunos do ensino médio como público alvo das disposições nele propostas.

Além do caderno o kit educativo conta com os chamados Boletins Escola sem Homofobia que são seis e conta também com materiais audiovisuais que são três, todos com temáticas referentes à homofobia, gênero, o que é ser mulher e o que é ser homem; orientação sexual; diversidade sexual; direitos; relações familiares.

Ao observar o progresso das lutas pelos direitos LGBT no país, os avanços em legislação, em visibilidade social, cultural e midiáticos apontados nesse capítulo podemos pensar que o cenário atual do país é amplamente favorável às diferentes sexualidades e gêneros, contudo o que se tem ainda é uma realidade bem diferente, onde pessoas que não se enquadram no padrão de heteronormatividade são discriminadas, vistas sempre através do estigma sexual, julgadas, apontadas e continuam encontrando dificuldade na hora de procurar um emprego e frequentar a escola.

No campo ao qual se refere essa pesquisa em especial, o campo da educação, é possível constatar também, assim como na sociedade como um todo, o contraste com a realidade, onde a situação presenciada nas escolas é de total descaso com as temáticas de diversidade de gênero, sexualidade e homofobia, fingindo está à parte de tudo o que se refere a isso, esquecendo-se, ou simplesmente fechando os olhos para o fato de ela mesma é formadora de cidadãos e que dentro da própria instituição escolar existem casos de homofobia e descasos também.

Com tudo isso ocorrendo dentro das escolas não se pode associar à falta de leis ou programas que sustentem um trabalho esclarecedor e conscientizador sobre os temas abordados, pois as conquistas e dos atravessamentos concluídos do nas esferas legais dão sim subsídios para a transformação do contexto escolar, podemos então observar mais um abismo entre o que se têm garantido em lei e o que se têm na realidade.

3. APORTE TEORICO METODOLÓGICO

“Tendo sido nomeados o homossexual e a homossexualidade, ou seja, o sujeito e a prática desviantes, tornava-se necessário nomear também o sujeito e a prática que lhes haviam servido como referência. Até então, o que era “normal” não tinha um nome. Era evidente por si mesmo, onipresente e, conseqüentemente (por mais paradoxal que pareça), invisível.”

(Louro, 2009, p. 89)

O presente trabalho assume caráter de estudo de campo. Haja vista que como corrobora Gil (2008): “[...] os estudos de campo procuram muito mais o aprofundamento das questões propostas do que a distribuição das características da população segundo determinadas variáveis. Como consequência, o planejamento do estudo de campo apresenta muito maior flexibilidade [...]”.

A abordagem selecionada foi a qualitativa por assumir que tal metodologia melhor se enquadra para pesquisas sociais como aponta Gil (2008) acerca dos objetivos do estudo de caso: explorar situações da vida real – por meio da investigação de um fenômeno dentro de seu contexto de realidade – cujos limites não estão claramente definidos e descrever a situação do contexto em que está sendo feita determinada investigação.

Utilizando-se de entrevistas semiestruturadas, mantendo as mesmas perguntas na mesma ordem para todos os entrevistados (GIL, 2008.), a pesquisa determinou-se a indagar como a escola pública aborda as questões de gênero e sexualidade e como trata os casos de homofobia observando assim as particularidades de determinados sujeitos, utilizando-se de análise do discurso para interpretar os dados obtidos, o instrumento de coleta de dados, entrevista semiestruturada, foi selecionado por acreditar que tal método de pesquisa tenha inúmeras vantagens como por exemplo:

A intensa utilização da entrevista na pesquisa social deve-se a uma série de razões, entre as quais cabe considerar:

- a) a entrevista possibilita a obtenção de dados referentes aos mais diversos aspectos da vida social;
- b) a entrevista é uma técnica muito eficiente para a obtenção de dados em profundidade acerca do comportamento humano;
- c) os dados obtidos são suscetíveis de classificação e de quantificação. Se comparada com o questionário, que é outra técnica de largo emprego nas ciências sociais (e será explicado no próximo capítulo), apresenta outras vantagens:
 - a) não exige que a pessoa entrevistada saiba ler e escrever;

- b) possibilita a obtenção de maior número de respostas, posto que é mais fácil deixar de responder a um questionário do que negar-se a ser entrevistado;
- c) oferece flexibilidade muito maior, posto que o entrevistador pode esclarecer o significado das perguntas e adaptar-se mais facilmente às pessoas e às circunstâncias em que se desenvolve a entrevista;
- d) possibilita captar a expressão corporal do entrevistado, bem como a tonalidade de voz e ênfase nas respostas (GIL, 2008, p. 110).

O lócus de pesquisa elegido foi a escola pública Municipal Santa Terezinha, por ser a escola de mais fácil acesso em termos de localidade. Essa escola é quem atende a maioria dos jovens e adolescentes, jovens esses que pela faixa etária estão em ebulição de hormônios e em fase de descoberta de si mesmos, portanto necessitando de maior atenção e conscientização.

Os sujeitos elencados para participarem do estudo são os/alguns atores que permeiam as relações de poder/saber dentro da escola pública municipal, entre eles alunos, professores e gestão escolar. Visando obter primeiramente as concepções sobre diversidade sexual, gênero e diferença, a pesquisa buscará saber através de depoimentos como a escola trabalha esses temas dentro de seu currículo, indagará sobre a existência de projetos que abranjam sexualidade, gênero e homofobia por exemplo.

Esses sujeitos foram selecionados da seguinte forma: dois professores, um que trabalha há mais tempo e um que trabalhe há menos tempo, para cruzar opiniões de diferentes idades, com diferentes ideais sobre os temas; dois alunos, sendo eles um do sexo masculino e dois do sexo feminino; o gestor escolar, o vice gestor e coordenador pedagógico da escola; para podermos ter um panorama um pouco mais geral das visões e atitudes da escola sobre as temáticas apontadas.

Os nomes dos sujeitos da pesquisa permanecerão anônimos, assumindo-os apenas como Aluno 1, Aluno 2, Funcionário1, Funcionário 2, Funcionário 3, Funcionário 4 e Funcionário 5 como codinome nessa pesquisa.

Para melhor situar os sujeitos em relação a pesquisa façamos uma breve caracterização dos sujeitos: Aluno 1, sexo masculino, 16 anos, cursa 8º ano do ensino fundamental; Aluno 2, sexo feminiino, 18 anos, cursa 9º ano do ensino fundamental; Funcionário 1, sexo masculino, 31 anos, licenciado pleno em ciências naturais com habilitação em física, licenciado pleno em pedagogia e pós graduado em gestão, supervisão e orientação escolar, 10 anos de experiencia em educação; Funcionário 2, sexo masculino, 27 anos, formação: licenciado pleno em pedagogia, 05 anos de trabalho em educação; Funcionário 3, sexo feminino, 36 anos, , licenciado pleno em pedagogia, pós graduado em gestão, supervisão e orientação escolar; Funcionário 4, sexo feminino, licenciado pleno em pedagogia, 06 anos de trabalho em educação

e Funcionário 5, sexo feminino, 50 anos, licenciado pleno em pedagogia, 14 anos de trabalho em educação.

Buscando contemplar as indagações do problema de pesquisa aqui apresentado, também realizou-se levantamento bibliográfico a fim de tomar como base três autores, com intuito de refletir melhor sobre o tema ao qual se dirige a pesquisa: gênero/sexualidade e educação. Foucault trará o conceito relacionado à sexualidade, Butler trazendo entre outros o conceito de gênero e Louro para auxiliar no enlace com a educação.

3.1 PODER/SABER NA LÓGICA FOUCAULTIANA

A sexualidade é um fenômeno existente desde o início das civilizações, todavia os estudos sobre a história da sexualidade tiveram um prelúdio de seu surgimento apenas nos últimos séculos. Mesmo antes desse fenômeno torna-se campo de estudo já haviam variadas e diferentes formas de sexualidade sendo elas marcadas por juízos de valor, preconceitos referentes a alguns tipos de vivencia da sexualidade variando de uma sociedade para outra e também através do tempo.

A sexualidade sempre despertou curiosidade sobre os desejos e sentimentos que a permeiam e desde muito tempo encontra-se retratada em obras de arte como a pintura e escultura produzidos pela Antiguidade ou até mesmo antes disso, já podia ser notado em algumas pinturas rupestres, em sua grande maioria relatando o corpo através da sua nudez e com ênfase aos órgãos genitais.

Na Idade Antiga os órgãos sexuais masculinos eram símbolo dotado de significações positivas: virilidade, força, fertilidade, assim como o próprio sexo. Contudo a partir do século XVII nota-se uma mudança na forma como se observa a sexualidade, pouco a pouco o ato sexual foi encerrado às casas das famílias heterossexuais nas sociedades burguesas com intermédio da igreja católica que relacionava o próprio ato sexual em si ao pecado e ao mau.

O filósofo francês Michel Foucault foi um dos pioneiros no estudo da sexualidade, propôs-se a problematiza-la em relação a moral. A sexualidade em Foucault é considerada um dispositivo de poder afetado e permeado de diversos discursos entre eles os da religião, da medicina e da moral (REVEL, 2005).

A trilogia História da Sexualidade escrita por Foucault busca inicialmente analisar os discursos sobre a sexualidade presentes no Ocidente, discursos esses que acabaram por constituir a heterossexualidade como padrão de normalidade. Ao analisar esses discursos de

poder, em especial os da ciência médica e da religião o autor combate uma suposta ideia repressiva em relação ao sexo/sexualidade.

A hipótese repressiva afirmaria uma certa negação em relação a sexualidade, o autor porém, sustenta por meio de sua pesquisa que ao contrário da ideia de repressão e negação do sexo, a sociedade ocidental incentivou incessantemente a produção de discursos sobre a sexualidade.

Os discursos da medicina como ilustra o autor dispararam a produzir estudos sobre a verdade do sexo, enfatizando a função reprodutiva do sexo e a concepção binária do gênero como normalidade da sexualidade a heterossexualidade, passando a apontar como distúrbio mental os desejos sexuais e afetivos homossexuais.

Analisando os discursos da ciência médica, Foucault averigua a classificação das práticas sexuais em normais e patológicas, consideradas como doenças mentais ou anomalias. Desse modo, a transexualidade, a intersexualidade e outras espécies ou práticas sexuais que viessem a transgredir o que havia de estabelecido como padrão de sexualidade “normal” foram classificadas como patologias.

Contudo o filósofo não tinha como fator central da pesquisa saber o que se falava sobre o sexo, ou o que era permitido e negado nos discursos, mas levar em consideração o próprio ato de se falar sobre o sexo, quem eram os atores dessas falas, em que locais, lugares se falava sobre isso, sob que ótica, que instituições instigaram tais discursos, em suma a colocação do sexo em discurso. Procurar saber de que maneira o poder penetra e controla o prazer cotidiano e revelar vontade de saber (FOUCAULT, 2017).

O que de fato interessava à Foucault era saber de que maneira se davam as relações de poder e conhecimento para perceber de que forma esses dois fatores foram usados como meio de controle social através das já expostas instituições, medicina, psicanálise, pedagogia. Porém o poder a que se refere o filósofo francês é um poder dinâmico, em movimento e não um poder estático e central, e sim exercido de baixo para cima em forma piramidal. O poder para Michel Foucault é um instrumento do discurso entre os sujeitos de uma sociedade.

Dizendo poder, não quero significar "o Poder", como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado. Também não entendo poder como modo de sujeição que, por oposição à violência, tenha a forma da regra. Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessem o corpo social inteiro. A análise em termos de poder não deve postular, como dados iniciais, a soberania do Estado, a forma da lei ou a unidade global de uma dominação; estas são apenas e, antes de mais nada, suas formas terminais. Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro, como a multiplicidade de correlações de

força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (FOUCAULT, 2017, 100 – 101).

A sexualidade é vista em Foucault como parte nas relações de poder, portanto, independente do que seja dito a respeito da sexualidade ainda que seja para oprimi-la, juntamente está envolvida a transgressão em falar do sexo/sexualidade. Outro ponto abordado pelo autor é que o Estado passou a ver a necessidade de controlar o que se falava sobre o sexo, não no intuito de julgar, mas sim de gerir assuntos como natalidade da população.

Através desses acontecimentos o autor da trilogia História de Sexualidade reafirma sua ideia de que o discurso sobre o sexo, em vez de rarefeito tem-se ampliado e que, mesmo trazendo consigo interditos e proibições, por outro lado garantiu a consolidação e a implantação de todo um discurso sexual.

Em seu primeiro livro da História da Sexualidade, Foucault aponta dois diferentes dispositivos reguladores o dispositivo de aliança e o dispositivo de sexualidade. O dispositivo de aliança: se estrutura em torno de um sistema de regras a fim de definir o permitido e o proibido; reproduzir a trama de relações e manter a lei que as rege tomando como importante o vínculo entre os parceiros com status definido. Articulando-se com a economia devido ao papel que desempenha na transmissão ou na circulação das riquezas.

Já o dispositivo de sexualidade se organiza em torno de técnicas móveis, polimorfos e conjunturais de poder. O que importa para o dispositivo de sexualidade são as sensações do corpo, a qualidade dos prazeres, a natureza das impressões, por mais tênues e imperceptíveis que sejam; se liga com a economia através de articulações numerosas e sutis. Tem como razão de ser, não o reproduzir, mas o proliferar, inovar, anexar, inventar, e penetrar nos corpos de maneira cada vez mais detalhada e controlar as populações de modo cada vez mais global.

O importante a ser salientado é que na perspectiva Foucaultiana o dispositivo de sexualidade não tem como objetivo inibir a prática sexual, mas ao contrário é em relação a essas trocas de saberes proporcionadas pelos mais variados discursos em caráter de relações de poder que a própria sexualidade se consolida, e não somente a sexualidade “normal” e sim uma gama de outras sexualidades desviantes entre outros na figura do homossexual, do pervertido que agora ganham visibilidade através das trocas nas relações de poder-saber-prazer garantindo assim a subjetivação do sujeito.

Ao falar sobre o sujeito, o filósofo francês Michel Foucault discorda das filosofias do sujeito em Sartre e Descartes onde para eles o sujeito é concebido como consciência a-histórica e auto constituída, entretanto Foucault busca exatamente investigar a constituição do sujeito na trama histórica. Portanto pensa o sujeito como sendo historicamente constituído (REVEL, 2005).

O termo "subjetivação" designa, para Foucault, um processo pelo qual se obtém a constituição de um sujeito, ou, mais exatamente, de uma subjetividade. Os "modos de subjetivação" ou "processos de subjetivação" do ser humano correspondem, na realidade, a dois tipos de análise: de um lado, os modos de objetivação que transformam os seres humanos em sujeitos - o que significa que há somente sujeitos objetivados e que os modos de subjetivação são, nesse sentido, práticas de objetivação; de outro lado, a maneira pela qual a relação consigo, por meio de um certo número de técnicas, permite constituir-se como sujeito de sua própria existência (REVEL, 2005, p. 82).

Dessa forma, para Foucault o sujeito é processo, é ao mesmo tempo resultado das relações com o meio e com si mesmo. Garantindo assim os processos de subjetivação, de mudança e devir através das situações que convive diariamente que acabam por manter o sujeito em constante mudança.

3.2 JUDITH BUTLER, GÊNERO SUBVERSÃO E TEORIA QUEER

As discussões arroladas a sexualidade e gênero vêm se alastrando cada vez mais e por consequência disso tem conquistado mais visibilidade na mídia e nos debates cotidianos. Várias são as formas de compreender o que é gênero e analisá-lo. Porém todas perpassam a ideia de uma leitura mais ampla sobre o feminismo e as relações entre homens e mulheres na sociedade. Tomando como base alguns princípios utilizados nas lutas feministas, existe uma vertente que vem se ampliando e ganhando forças, especialmente na academia, é a Teoria Queer, que dialoga com as correntes de pensamento pós-estruturalistas.

Um dos maiores nomes na atualidade no debate sobre a Teoria Queer é a filósofa estadunidense Judith Butler, feminista assumida e engajada nas lutas para a solidificação do conceito de gênero como fator construído socialmente a autora relativiza alguns conceitos para estender gênero a outras instancias para além do binarismo heterossexual homem/mulher, masculino/feminino.

A desconstrução do sujeito empreendida por Judith Butler caracteriza-a como Queer, uso da desconstrução como método de crítica literária e intervenção social é a marca registrada do que chamamos de teóricos Queer. O termo Queer possui tradução para o português como

“estranho” e foi originalmente utilizado como insulto, em geral com relação a gays, e posteriormente o termo foi assumido como forma de protesto e adotado como positividade pelos teóricos que defendem essa linha de desconstrução literária.

Dessa forma o Queer se tornou mecanismo para problematizar termos “universais” como é o exemplo do sexo/gênero. Mas o Queer não é, entretanto algo que sirva de definição para o público LGBT e sim possui a pretensão de defender a instabilidade e a indeterminação de todas as identidades sexuadas e genéricas.

Um dos conceitos mais importantes de Butler é o de subversão seguindo a lógica foucaultiana, a autora aponta para a impossibilidade de existir fora da “norma” sendo as normas convenções sociais: uma vez que o gênero é limitado pelas estruturas de poder e não há possibilidade de escolha realmente livre. Entretanto existe a possibilidade de subversão, com isso Judith aponta para a criação de espaços de potência e enfrentamento.

Em Butler, assim como em Foucault, o sujeito é uma constante em construção que se constitui pelos seus atos, assim esse sujeito está sempre a se construir e desconstruir, instável, portanto ele é um construto performático como afirma a própria Judith Butler. A performatividade em relação ao gênero se dá na premissa de que o gênero é aquilo que se faz, que se constrói e não aquilo que se é em caráter de preexistência.

O termo identidade de gênero inspirado nos ideais de Foucault aponta para uma construção a nível de linguagem e a nível de interação social onde a diferença e os desvios quebram qualquer tentativa de implantar um padrão de identidade, heteronormatividade que elege arbitrariamente a heterossexualidade como norma de desejo, afeto e até mesmo de conduta. Sendo assim para Butler (2003) “a distinção entre sexo e gênero atende à tese de que, por mais que o sexo pareça intratável em termos biológicos, o gênero é culturalmente construído: conseqüentemente, não é nem o resultado causal do sexo, nem tampouco tão aparentemente fixo quanto o sexo”. Ao problematizar a afirmação de Simone Beauvoir, Butler expõe que:

É o gênero tão variável e volitivo quanto parece sugerir a explicação de Beauvoir? Pode, nesse caso, a noção de “construção” reduzir-se a uma forma de escolha? Beauvoir diz claramente que a gente “se toma” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do “sexo”. Não há nada em sua explicação que garanta que o “ser” que se torna mulher seja necessariamente fêmea. Se, como afirma ela, “o corpo é uma situação”, não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais; conseqüentemente, o sexo não poderia qualificar-se como uma facticidade anatômica pré-discursiva (BUTLER, 2003, p.27).

Ao falar sobre o corpo, Judith toma a premissa de que não há um corpo natural, pré-existente, pois ela acredita que por estar inserido na cultura o corpo seja, portanto, dotado de significado através da linguagem e das práticas. Todos os corpos são, então, genéricos, sem distinção tendo o gênero como a estilização do corpo a partir da materialização do sexo, assim não há uma relação necessária entre o corpo de alguém e seu gênero. O corpo é, dessa forma, produzido pelos discursos. “Nos limites desses termos, “o corpo” aparece como um meio passivo sobre o qual se inscrevem significados culturais, ou então como o instrumento pelo qual uma vontade de apropriação ou interpretação determina o significado cultural por si mesma.” (BUTLER, 2003, p.27).

Butler busca desconstruir o binarismo gênero/sexo segundo o qual afirmamos haver certo caráter contrário entre o gênero social e o sexo natural. Como afirma em seu livro *Problemas de gênero: feminismo e subversão* (2003):

Essa cisão radical do sujeito tomado em seu gênero levanta outro conjunto de problemas. Podemos referir-nos a um “dado” sexo ou um “dado” gênero, sem primeiro investigar como são dados o sexo e/ou gênero e por que meios? E o que é, afinal? o “sexo”? É ele natural, anatômico, cromossômico ou hormonal, e como deve a crítica feminista avaliar os discursos científicos que alegam estabelecer tais “fatos” para nós? Teria o sexo uma história? Possuiria cada sexo uma história ou histórias diferentes? Haveria uma história de como se estabeleceu a dualidade do sexo, uma genealogia capaz de expor as opções binárias como uma construção variável? Seriam os fatos ostensivamente naturais do sexo produzidos discursivamente por vários discursos científicos a serviço de outros interesses políticos e sociais? Se o caráter imutável do sexo é contestável, talvez o próprio construto chamado “sexo” seja tão culturalmente construído quanto o gênero; a rigor, talvez o sexo sempre tenha sido o gênero, de tal forma que a distinção entre sexo e gênero revela-se absolutamente nenhuma (Butler, 2003, p.25).

O sexo, tanto quanto o gênero, é discursivamente produzido e inscrito num conjunto de práticas, moralidades e significados constituídos de convenções. Sendo assim, a separação entre sexo e gênero é abandonada e dá lugar a uma noção de sexo/gênero inscritos materialmente no corpo, enquanto construções discursivas em relação com os movimentos das relações de poder.

Por fim a autora afirma que mesmo sendo o gênero uma produção social, desde muito cedo os sujeitos são regulados por diversas instancias e rotulados desde o nascimento a partir da afirmação: é um menino ou é uma menina. E que tais instancias reguladoras insistentemente reiteram o que é coisa de homem e de mulher, assim aqueles que à revelia assumem outros caminhos, outras identidades têm como bandeira a subversão de padrões normativos.

3.3 CORPO EDUCADO, SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

As questões de identidade de gênero e sexualidade envolvem diversas áreas e o campo da educação é uma delas, para falarmos mais especificamente dessa área contaremos com o suporte teórico da professora Dr^a em educação Guacira Louro.

No livro *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria Queer*, Guacira procura trazer alguns recortes de teoria Queer, segundo ela “antinormalizadora”, para o campo da educação. Com intuito de provocar e estimular a subversão, bem como desestruturar certezas em relação ao cenário existente na educação.

Algumas dessas provocações, senão a maioria são vistas como incomodas e “estranhas” aos currículos causando impacto e desconforto, mas tudo bem, pois segundo a própria autora, Queer é tudo isso: é estranho, esquisito. Em relação aos sujeitos homossexuais ser Queer segundo Louro (2008) “É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. Queer é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar que desafia as normas regulatórias da sociedade [...]”.

Em *Um corpo estranho* a autora assume o conceito de viagem para falar do processo de formação de sujeitos, processo esse que para ela é cambiante, repleto de deslocamentos e desvios ao longo do percurso. Como pode nos confirmar Guacira Louro:

A viagem transforma o corpo, o “caráter”, a identidade, o modo de ser e de estar... Suas transformações vão além das alterações da superfície da pele, do envelhecimento, da aquisição de novas formas de ver o mundo, as pessoas e as coisas. As mudanças da viagem podem afetar corpos e identidades em dimensões aparentemente definidas e decididas desde o nascimento (ou até mesmo antes dele) (2008, p 15).

Louro fala sobre a sequência sexo-gênero-sexualidade onde de certa forma se empreende uma viagem desde o nascimento, tendo como marcadores culturais as características físicas definidoras, que traçam um percurso esperado para ser trilado pelo sujeito. Onde, conforme afirma a própria autora: “Tal logica implica que esse “dado” sexo vai determinar o gênero e induzir uma única forma desejo”.

Em contrapartida alguns atrevem-se a subverter essa ordem, atravessam as fronteiras, Louro (2008) assevera que “A imprevisibilidade é inerente ao percurso”. E é para esses desviantes que as pedagogias formulam, sanções e penalidades e a elaboração de um trabalho pedagógico que reitere sempre as ações para alcançar gênero e sexualidades “normais” reconduzindo ao percurso “esperado”.

Ao falar de educação a professora Guacira afirma que: “A vocação normalizadora da Educação vê-se ameaçada”; a escola e suas dependências e dependentes não podem escapar dessas temáticas, mostrando-se quase sempre perplexos, pois acreditavam já ter respostas fixas para essas questões até pouco tempo e hoje veem as respostas se esvaírem, dinamizarem e multiplicarem. Entretanto a escola se vê obrigada a lidar com os novos sujeitos e suas identidades e particularidades bem como os assuntos atrelados a eles.

Eis que Louro faz o seguinte questionamento sobre o enlace Queer e educação: “Como um movimento que se remete ao estranho e ao excêntrico pode articular-se com a Educação, tradicionalmente o espaço da normalização e do ajustamento?” e “Como traduzir a teoria Queer para a prática pedagógica?”.

Para a inserção do Queer na escola é preciso que o foco seja voltado para as atitudes, estratégias pensadas pela vertente teórica Queer em vez de focar no regime de poder-saber acerca do binarismo hetero/homossexual. Pensar Queer permite salientar a multiplicidade das identidades de gênero e sexuais, mas além disso, possibilita pensar entre outros assuntos cultura e conhecimento.

Uma pedagogia e um currículo queer estariam voltados para o processo de produção das diferenças e trabalhariam, centralmente, a instabilidade e a precariedade de todas as identidades. Ao colocarem em discussão as formas como o “outro” é constituído, levariam a questionar as estreitas relações do eu com o outro. A diferença deixaria de estar lá fora, do outro lado, alheia ao sujeito, e seria compreendida como indispensável para a existência do próprio sujeito: ela estaria *dentro*, integrando e constituindo o eu. A diferença deixaria de estar ausente para estar presente: fazendo sentido, assombrando e desestabilizando o sujeito. Ao dirigir-se para os processos que produzem as diferenças, ao currículo passaria a exigir que se prestasse atenção ao jogo político aí implicado: em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, das negociações e dos conflitos constitutivos das posições que os sujeitos ocupam (LOURO, 2008, p. 48-49).

A parti daí sim surgiria os questionamentos sobre a heteronormatividade, o combate a homofobia e as diversas formas de preconceito, tornando assim a educação mais provocadora e subversiva. Com essa proposta, a autora sugere *estranhar o currículo*, e com isso ela pretende dizer que é preciso desconfiar do currículo que temos hoje, no sentido de não confiar nas certezas absolutas e trazer novos conteúdos e questionamentos para o currículo.

Em outro livro Louro (2001) relata sobre os processos de escolarização do corpo na busca por reproduzir no alunado os modelos de normalização; ao falar sobre pedagogia da sexualidade, afirma que por mais discreta que ela possa ser, sempre está presente nas instituições escolares. Relatando seu próprio tempo de escola a autora faz referências a diversas coisas entre elas o uniforme escolar que seguia um modelo formal (feminilidade), mas que era

transformado pelos estudantes ao saírem da escola libertando-se de certa forma dos padrões impostos pela instituição.

O uniforme — saia azul pregueada e blusa branca com um laço azul-marinho — era, ao mesmo tempo, cobiçado por ser distintivo da instituição e desvirtuado por pequenas transgressões. A saia mantida num comprimento “descendente” no interior da escola, era suspensa ao sair dali, enrolada na cintura de forma a conseguir um estilo “mini”, mais condizente com a moda; o laço descia (do botão mais alto da blusa rente à gola onde deveria estar) alguns centímetros, de forma a proporcionar um decote mais atraente (o número de botões dependia da ousadia de cada uma). Essas subversões, quando descobertas por alguma funcionária ou professora da escola, *em qualquer lugar da cidade*, eram alvo de repressões individuais ou coletivas [...] (LOURO, 2001, p. 19).

Além dessa forma de regulação a autora ainda aponta que o próprio fato de frequentar ou não a escola é um marcador social, onde espera-se determinada conduta de pessoas escolarizadas, educadas ou como diria a própria autora, corpos educados. Espera-se um determinado modo de falar, portar, agir, certo adestramento do corpo, autodisciplina. Para os homens existe o incentivo da competição como formação masculina, a prática de esportes constitui homens vitoriosos, corpos educados para a masculinidade.

Todavia a Guacira chama atenção para o fato de que mesmo que haja instrumentos de vigilância da sexualidade e entre eles a escola, o interesse e a curiosidade sobre questões de gênero e sexualidade considerados desviantes. E com isso se instaura a censura sobre as fantasias e as vontades de experimentar o diferente, deixando que se perca o caráter social a que ambas as questões (gênero e sexualidade) estão permeadas. E com tais curiosidades reveladas o surgimento das gozações baseadas no modelo de normalização imposto, como afirma a própria autora ao dizer: “Meninos e meninas aprendem, também desde muito cedo, piadas e gozações, apelidos e gestos para dirigirem aqueles e aquelas que não se ajustam aos padrões de gênero e de sexualidade admitidos na cultura em que vivem.” (2001, p. 29).

Guacira louro é ferrenha em suas palavras ao relatar o posicionamento da escola em relação a homofobia presente dentro de seus muros:

Consentida e ensinada na escola, a homofobia expressa-se pelo desprezo, pela imposição do ridículo. Como se a homossexualidade fosse “contagiosa”, cria-se uma grande resistência em demonstrar simpatia para com sujeitos homossexuais: a aproximação pode ser interpretada como uma adesão a tal prática ou identidade. O resultado é [...] um *apartheid sexual*, isto é, uma segregação que é promovida tanto por aqueles que querem se afastar dos/das homossexuais como pelos/as próprios. (LOURO, 2001, p. 29).

Os casos tolerados de homossexualidade são aqueles que não se expõem, os chamados enrustidos, pois o que incomoda é a manifestação pública de atos e de pessoas não-heterossexuais. Assumir-se homossexual ainda é uma carga muito pesada para ser carregada, é necessária uma dose generosa de coragem e de força para enfrentar as dificuldades do cotidiano. Porém ironicamente o próprio sujeito heterossexual necessita desse “outro” ainda que seja para lhe servir de fronteira, de oposto e assim para sua própria identidade.

Cada dia mais a sociedade é obrigada a conviver com uma crescente de discursos e de identidades e sexualidades, dessa maneira a autora busca incentivar o movimento de duvidar das certezas sobre as identidades sociais marginalizadas, para então poder reorganizar, reinventar e pluralizar as práticas pedagógicas.

No livro, *Corpo, gênero e sexualidade: Um debate contemporâneo na educação*, Louro (2010) aponta para a fragilidade dos professores ao se deparar com temas multifacetados, onde estejam presentes incertezas como por exemplo as temáticas referentes as múltiplas sexualidades e gêneros, preferindo assim optar por temas “seguros” e solidificados.

Outro ponto para o qual Louro chama atenção é para o termo excêntrico como aquilo que foge ao centro trazendo à tona a problematização de que mesmo a instituição escolar assumindo que existem muitas formas de viver o gênero e a sexualidades a própria escola se emprega em nortear as ações que guiam para o padrão, porém convém interrogar-nos: será que existe realmente uma forma legítima de masculinidade e feminilidade que possa ser uniformemente aplicada e bem sucedida sobre todos? Obviamente não, e assim acaba-se tornando dessa forma tudo que não corresponde ao padrão, excêntrico (LOURO, 2010).

Se faz importante salientar que essa lógica central é refletida em diversos aspectos nas nossas escolas uma vez que os materiais, as explicações, todos assumem esses modelos em sua maioria, da família heteronormativa, branca, sem deficiência) como referência. “Todas as produções da cultura construídas fora desse lugar central assumem o caráter de diferentes e, quando não, são simplesmente excluídas dos currículos, ocupam ali a posição do exótico, do alternativo, do acessório. (LOURO, 2010, p. 45)”.

Por fim Guacira Louro assinala que o que realmente deve nos interessar é que esses “outros” estão entre nós e nos falam a todo tempo e que eles estão também presentes nas nossas escolas e que precisamos “lhes prestar atenção”. Para isso é preciso considerarmos que não acabamos com as diferenças, mas sim que elas se proliferam cada dia mais e que é exatamente por isso que a instituição escolar deve apreender o conceito de verdade como plural.

Neste capítulo podemos nos aprofundar um pouco mais nos conceitos e pensamentos dos autores ancora desse trabalho para assim nos direcionarmos a de forma mais coerente a

pesquisa propriamente dita. Possibilitando comparativos entre a realidade observada e as teorias acima apresentadas.

Foucault analisa a sexualidade muito mais como dispositivo de poder do que como uma lei suprema a ser exercida sobre a população de forma coercitiva, mas como poder em discurso, que se constitui nas relações sociais, nos diálogos sobre o tema, nas trocas, um poder-saber. Como afirma o próprio autor:

Dizendo poder, não quero significar “o Poder”, como conjunto de instituições e aparelhos garantidores da sujeição dos cidadãos em um Estado determinado [...] Enfim, não o entendo como um sistema geral de dominação exercida por um elemento ou grupo sobre outro e cujos efeitos, por derivações sucessivas, atravessam o corpo social. [...] Parece-me que se deve compreender o poder, primeiro como a multiplicidade de correlações de forças imanentes do domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes, as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de forças encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas, ou ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (2017, p. 100 e 101).

Já Butler discute a dualidade sexo e gênero através das conquistas feministas que imbuíram ao gênero caráter de identidade que hoje conhecemos com construção cultural e social e busca desconstruir alguns binarismos presentes nesses discursos.

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra, de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Supondo por um momento a estabilidade do sexo binário, não decorre daí que a construção de “homens” aplique-se exclusivamente a corpos masculinos, ou que o termo “mulheres” interprete somente corpos femininos. (BUTLER, 2003, p. 24)

Para fazermos o enlace com o campo da educação buscaremos Louro que aborda como a instituição escolar convive, influencia e trata as diferentes identidades no cotidiano escolar, nesse sentido a autora aponta:

Os sentidos precisam estar afiados para que sejamos capazes de ver, ouvir, sentir as múltiplas formas de constituição dos sujeitos implicadas na concepção, na organização e no fazer cotidiano escolar. O olhar precisa esquadrihar as paredes, percorrer os corredores e salas, deter-se nas pessoas, nos seus gestos, suas roupas; é preciso perceber os sons, as falas, as sinetas e os silêncios; é necessário sentir os cheiros especiais; as cadências e os ritmos marcando os movimentos de adultos e crianças. Atentas/os aos pequenos indícios, veremos que até mesmo o tempo e o espaço da escola não são distribuídos nem usados — portanto, não são concebidos — do mesmo modo por todas as pessoas. (1997, p. 59)

Levando em consideração a realidade da maioria das escolas, podemos chegar a hipótese de que: a inexistência de trabalhos, eventos e meios de divulgação e discursão das temáticas gênero e diversidade sexual nas escolas tem terminando por acarretar problemas sociais como a homofobia, agressão das mais variadas formas, intolerância de um lado (por parte de sujeitos preconceituosos), e por outro (por parte dos sujeitos com sexualidades e gêneros *excêntricos*), depressão, formação de sujeitos antissociais, inibição e outros fatores psicológicos por parte dos alunos e demais componentes da comunidade escolar.

Por muitas vezes a própria escola não sabe como lidar com os casos de homoafetividade, transexualidade e temas que pareçam “estranhos/Queer” ao ambiente escolar. Não sabendo controlar ou mesmo conduzir as reações dos demais alunos ou até mesmo dos próprios profissionais.

Assim como os professores, os alunos também não se sentem à vontade para falar seriamente sobre o tema gênero e orientação sexual, encarando esse momento com negligência o que culmina por excluir inconscientemente os sujeitos que fogem ao padrão heteronormativo.

A grande maioria dos docentes em atuação não se posiciona com clareza em relação a assuntos como orientação sexual, homofobia, etc. Deixando assim os seus alunos propensos à alienação externa e a adesão de práticas de desvalorização do outro ou até mesmo perseguição de pessoas com uma orientação sexual e/ou gênero diferente do seu.

4. ANÁLISE TRANSGRESSIVA DO AVESSE PELO AVESSE

“Numa perspectiva pós-estruturalista, nossa tarefa seria perturbar a aparente solidez desse par binário, entender que esses dois elementos estão mutuamente implicados, dependem um do outro para se afirmar, supõem um ao outro. Ainda que por toda a parte se afirme a primazia da heterossexualidade, observamos que, curiosamente, ela se constituiu como a sexualidade-referência depois da instituição da homossexualidade. A heterossexualidade só ganha sentido na medida em que se inventa a homossexualidade”.

(Louro, 2009, p. 89)

O interesse desta pesquisa em si já possui sua parcela de transgressão, enquanto todos os anos vários e vários trabalhos de pesquisa se voltam para temas já bastante discutidos, a opção por esse tema já é em si contramão do cento, buscando ampliar as discussões nessa área que ainda são escassas e que na prática e no cotidiano das escolas pouco tem espaço.

O problema de pesquisa em torno do qual gira esse trabalho era saber de que forma são tratados dentro das instituições escolares as temáticas gênero, sexualidade e homofobia. Tomando assim como ponto de partida as “minorias” sociais (no caso, as relacionadas a gênero e sexualidade). Indagar sobre ações, projetos e/ou eventos, enfim, sobre as práticas pedagógicas voltadas as questões relacionadas aos temas citados, averiguar sobre a postura da escola enquanto formadora de cidadãos sobre o respeito as diferenças.

Para realizar esse levantamento de dados a pesquisa fez uso de entrevista semiestruturada que foi aplicada a sete sujeitos entre eles, funcionários da docência, da gestão e coordenação escolar. Todos responderam por tanto as mesmas perguntas. A entrevista foi subdividida em quatro eixos temáticos, sendo eles: diversidade, identidade de gênero, orientação sexual e homofobia.

O início das entrevistas de forma geral, foram causa de certo desconforto, talvez falta de saber como agir diante das perguntas com temas “estranhos” como diria Louro, porém com o decorrer do dialogo proveniente da entrevista os sujeitos foram se sentindo mais à vontade para responder, ainda que com dificuldades, as questões.

A insegurança ao responder as perguntas demonstra desde o início a ausência de debates e discussões sobre esses temas, pelo menos de forma séria, sobre os assuntos abordados pela

pesquisa, entretanto há de se convir que nos dias atuais a possibilidade de um indivíduo estar absolutamente alheio as questões de gênero e sexualidade são praticamente nulas.

Podemos observar a presença de tais temas no cotidiano, nas mídias, novelas, telejornais e redes sociais possibilitando o acesso a população de forma geral. Como afirma Louro (2008) sobre a influência da mídia sobre os sujeitos e seus modos de vidas: “As proposições e os contornos delineados por essas múltiplas instâncias nem sempre são coerentes ou igualmente autorizados, mas estão, inegavelmente, espalhados por toda a parte e acabam por constituir-se como potentes pedagogias culturais”.

A presença dos temas identidade de gênero e orientação sexual no âmbito escolar nesse contexto é de suma importância uma vez que tais questões são complexas e instigantes para adolescentes e crianças. Que naturalmente tem curiosidade de saber mais sobre isso, contudo dentro das próprias famílias ainda se encontra, em muitos casos, barreiras para o diálogo sobre esses temas, tornando assim a escola como única possibilidade de esclarecimento sobre sexualidade e gênero.

4.1 CATEGORIAS CENTRAIS DA ANÁLISE: GÊNERO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA

Para introduzir os temas gênero e sexualidade, tomamos como 1º eixo temático a diversidade, dentro desse eixo foram feitas perguntas sobre a escola a qual estão vinculados os sujeitos que participaram da pesquisa. À respeito de ações da escola sobre o incentivo do respeito à diferença e a valorização da diversidade. Que de forma e quais tipos de diferenças a escola trabalha. Nesse sentido apresento os eixos centrais que destaco nessa reflexão extraídos do questionário.

Mas antes de apresentar os dados, gostaríamos de esclarecer que: apesar de se tratar de uma pesquisa qualitativa, faremos uso de alguns gráficos, apenas para melhor ilustrar os dados da pesquisa a fim de melhorar a compreensão e a clareza sobre os elementos discursivos coletados nas entrevistas.

Entre os sete entrevistados houve bastante divergência nas respostas em relação a pergunta referente ao fato de a escola trabalhar ou não o respeito as diferenças. Como podemos observar no gráfico as seguir:

A escola trabalha o respeito as diferenças?

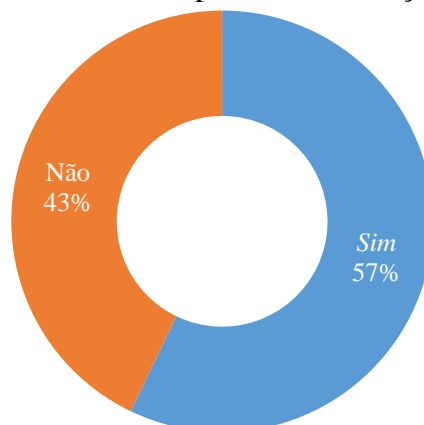


Figura 1: Gráfico sobre trabalho do respeito às diferenças na escola pesquisada.
Fonte: NOBREGA, 2018.

Entre os entrevistados, quatro dos sete relataram que a escola trabalha o respeito à diversidade, e as diferenças abordadas segundo eles podem ser denotadas nas seguintes falas:

A questão da religião, né, a religião as vezes assim, sempre a gente tá trabalhando sobre isso, as diferenças na questão do pobre, do rico e na questão da cor da pele também, né, porque é o que mais a gente vê aqui nessa escola é o menino chamando fulano disso, daquilo outro. Tá entendendo? E quando a gente vê esse tipo de situação a gente tem que trabalhar em cima disso, né, o meio social (Funcionário 5, 2018).
Mas em relação inclusão pela relação de, de, diferença em questão das deficiências, porque tem o surdo, tem pessoas que não tem a deficiência física, mas tem a mental e tudo isso inclui (Funcionário 4, 2018).

Para melhor demonstrar as diferenças apontadas pelos participantes da pesquisa apresenta-se o gráfico a seguir que exhibe os tipos de diferenças mais apontados e a frequência com que apareceram nas falas dos sujeitos da pesquisa.

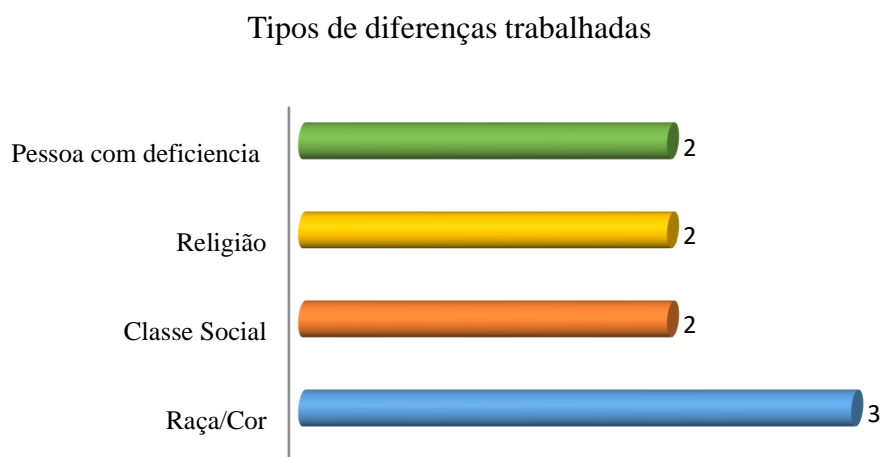


Figura 2: Gráfico sobre os tipos de diferenças trabalhados na escola locos da pesquisa.
Fonte: NOBREGA, 2018.

Vale ressaltar que os sujeitos que responderam que sim, que a escola trabalha o respeito às diferenças, apontaram mais de uma diferença trabalhada na escola. E relataram que não existe um projeto em si ofertado pela escola ou que hajam outras ações concretas, mas que os incentivos ao respeito às diferenças são repassados através de conversas informais, partindo de alguns profissionais para com os alunos.

Observa-se no caso a seguir um exemplo de falta de concretude no suposto trabalho às diferenças realizado pela escola. Ao ser questionado sobre a forma como a escola trabalha de fato o respeito as diferenças o Funcionário 3 respondeu da seguinte forma: “Respeitando. Tanto a cultura quanto a, a cor, a pele, a religião e as deficiências” (Funcionário 3, 2018).

No entanto o simples fato da escola respeitar não quer dizer que ela trabalha ou ensina aos seus educandos o respeito às diferenças. Respeitar é importante, mas, o simples fato de respeitar não significa dizer que a escola trabalhe em seus planos e práticas pedagógicas o respeito ao outro, não basta praticar, temos que reproduzir, incentivar, proliferar o respeito ao próximo.

Para finalizar esse eixo podemos notar que no último gráfico apresentado não aparecem temas como: gênero e/ou orientação sexual, ainda que de forma superficial como foram relatadas algumas categorias no gráfico. Aparentemente a escola dar ares de ignorar ou pelo menos tentar ignorar a existência dos diversos gêneros e sexualidades, como se estivesse isenta de tais sujeitos e discursões. Sendo confirmada pela fala do Funcionário 1: “Até então não temos casos fortes de homofobia dentro da escola” (Funcionário 1, 2018). E utiliza-se desse tipo de fala para justificar a precariedade do trabalho sobre respeito ao outro dentro da escola.

Entretanto como afirma Louro (2008): “Escola, currículos, educadoras e educadores não conseguem se situar fora dessa história. Mostram-se, quase sempre, perplexos, desafiados por questões para as quais pareciam ter, até pouco tempo atrás, respostas seguras e estáveis”.

Apesar da escola não desenvolver nenhum projeto, evento ou algo do gênero em relação ao respeito às diferenças todos os sujeitos entrevistados concordam em dizer que o tema diversidade é importante para ser debatido no âmbito escolar levantando assim um paradoxo entre o que se fala e o que se realiza de fato na escola.

É preciso que as escolas de uma forma geral estejam mais abertas para trabalharem novos temas, temas que talvez desestrem algumas certezas, mas que tenham como finalidade garantia dos direitos humanos e da respeitabilidade das orientações sexuais e gêneros no âmbito escolar brasileiro. Ao olhar o gráfico sobre os tipos de diferenças hoje trabalhadas na escola certa esperança parece fulgurar, uma vez que temas como raça que há algum tempo atrás era considerada como fator desumanizante para os negros atualmente estar em pauta no âmbito escolar é sinal que o progresso ainda é possível em relação a gênero e sexualidade.

O 2º eixo temático centra-se no gênero e como ele é abordado, ou não, pela instituição de ensino e assim afunilando a entrevista para os focos centrais desse trabalho, buscando mais uma vez averiguar sobre o posicionamento da escola em relação ao tema.

Quando indagados a respeito do que consideravam ser identidade de gênero os sujeitos da pesquisa se puseram a pensar, talvez em de onde eles haviam ouvido esse termo, ou ainda, como se expressar de forma cuidadosa por considerar o tema delicado. Em especial na resposta do Funcionário 2, o mesmo fez uso de palavras soltas, como se desejasse não se comprometer ou dizer algo errado, como nota-se nessa fala que foi a resposta do mesmo sobre o que ele entendia por identidade de gênero: “Escolha, identificação, é... no tema abordado” (Funcionário 2, 2018).

Tanto Funcionário 1 quanto o Funcionário 3 afirmaram que gênero é um assunto muito complexo e abrangente, mas tiveram um posicionamento um pouco mais claro das suas convicções sobre o que seria identidade de gênero, como podemos observar nas falas seguintes:

“Eu acredito que seja quando tu te aceita de um jeito, tu te reconhece de um jeito e assume aquele gênero, masculino, feminino, hétero, trans, é... bi, quando tu te aceita e te sente bem, acho que tu descobriu uma identidade de gênero.” (Funcionário 1, 2018).

“[...] vem do que eu quero ser como pessoa, porque a sociedade, ela impõe que existem dois tipos de gêneros: masculino e feminino e hoje a inovação tá acontecendo. Onde nós temos pessoas que nasceram mulheres com corpo de homem. Quando estamos trabalhando isso aí, a identidade de gênero, então é a identidade que cada indivíduo quer assumir.” (Funcionário 3, 2018).

Nesse sentido, o pensamento Foucaultiano aponta para a função normalizadora das estruturas de poder através da construção do homem conceitual que apresenta um conceito/modelo para todos os homens fazendo com que o próprio sujeito esqueça-se de si e conforme-se em seguir o padrão, tornando-se dócil em relação ao modelo conceitual de homem onde todos devem ser iguais.

Entretanto, exatamente como nas falas dos participantes desta pesquisa, alguns sujeitos oferecem resistência às estruturas de poder, lembrando-se de si mesmo, da forma que deseja mostrar-se, assumir-se e constituir contrapondo-se aos dispositivos de poder que lutam para controlar a subjetividade dos sujeitos. Nesse sentido o filósofo Michel Foucault aponta para a ética de si que se concretiza na subjetividade reflexiva de si mesmo, moldando e reinventando o seu próprio viver.

Quando a mesma pergunta foi lançada aos alunos tivemos nas respostas indícios de negligência, encarada com risos por um dos alunos e até confundida com gênero textual na frase “identidade de gênero, é... em português é isso? Não sei.” (Aluno 1, 2018). O outro aluno entrevistado respondeu da seguinte forma: “nasceu menina é menina, nasceu menino é menino.” (Aluno 2, 2018). Mostrando total desconhecimento sobre o tema.

Foi questionado também se a escola trabalhava o tema identidade de gênero em suas práticas pedagógicas, seus conteúdos, projetos e outras ações e sobre essa indagação tivemos os seguintes resultados:

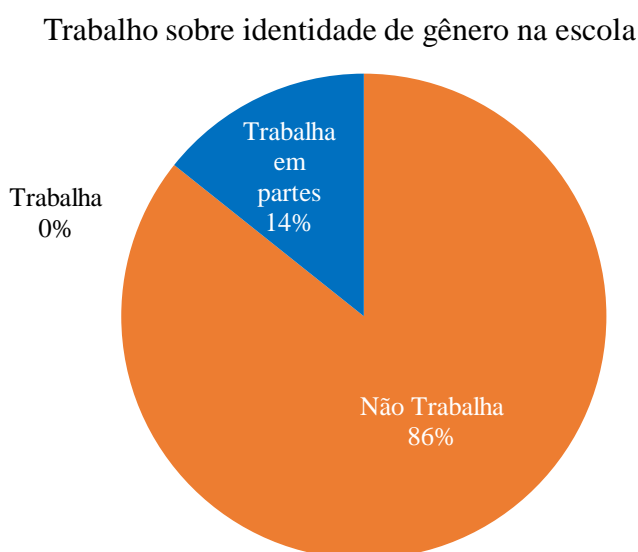


Figura 3: Gráfico sobre a existência de trabalho a respeito da temática gênero na escola
Fonte: NOBREGA, 2018.

O gráfico a cima ilustra que apenas um dos sujeitos da pesquisa disse que a escola trabalha o tema identidade de gênero em partes segundo ele “através de informativos”

(Funcionário 1, 2018), ou seja, os outros seis sujeitos responderam que a escola não trabalha de forma alguma o tema.

Entre os motivos utilizados para justificar a ausência do tema na escola estavam o medo da reação da comunidade escolar em especial os pais e alunos e a segunda maior causa é a falta de formação acerca do tema.

Vejam algumas falas que acentuam isso, ao ser questionado sobre o motivo pelo qual a escola não trabalha as questões relacionadas a gênero na escola o Funcionário 1 respondeu: “Porque precisa-se de formação, falta formação”. O Funcionário 4 disse que: “a gente nunca trabalha diretamente, sempre tem uma barreira, porque a gente já tem até medo muitas vezes de trabalhar sobre esse tipo de coisa, os pais as vezes não entende né”.

Entretanto o livro *Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*, elaborado pelo MEC possui conteúdos sobre gênero que trazem átona reflexões excelentes para serem desenvolvidas nas escolas, na intenção de formar primeiramente os profissionais de educação para que os mesmos possam repassar aos seus alunos futuramente esses conhecimentos. Entretanto aparentemente a escola não tem conhecimento desse material e a secretaria de educação, segundo os sujeitos da pesquisa não dá subsídios para o acesso a esses temas através de formação ou de outra forma.

Existem também programas a nível nacional como o Brasil sem Homofobia que oferecem suporte teórico para iniciar discussões de gênero, há também o projeto Escola sem Homofobia, em especial este último possui matérias para professores e para a escola como um todo trabalhar e conscientizar sobre a temática, incluindo sugestões de atividades para as salas de aula. Evidenciando um abismo entre as escolas e os programas e projetos existentes na área.

Passando ao terceiro eixo temático da entrevista, as questões voltavam-se para o tema orientação sexual. E eixo em especial gerou uma pequena confusão na cabeça de alguns entrevistados por imaginarem que o termo “orientação” se referia a um direcionamento externo sobre o sexo.

Como podemos constatar a partir das respostas elaboradas pelos entrevistados para a pergunta sobre o que seria orientação sexual, vejamos as falas dos sujeitos da pesquisa: “orientação sexual, meu deus, sei não. Orientação sexual, orientação é uma pessoa que te orienta. Orientação sexual, deixa eu ver, não sei. Acho que é os gêneros masculino e feminino” (Aluno 2, 2018). Observe em seguida a fala de um dos professores a respeito de orientação sexual:

Pra mim, o que eu entendo, é que é uma coisa muito importante que começa dentro da família. Se eu fui criada só pelo meu pai eu tenho que ser orientada pelo meu pai,

se eu só com a minha mãe, pela minha mãe, se não, principalmente pelos dois, porquê de casa que eu já vou orientado o que eu posso, o que não poço, o que é certo, o que é errado. (Funcionário 4, 2018)

Na última fala nota-se uma confusão sobre o conceito de orientação sexual, percebe-se nas alocações do Funcionário 4 que ele confunde com ensinamentos sobre práticas sexuais e com o próprio ato sexual em si, não conseguindo discernir o contexto no qual foi empregado o termo, que seria no sentido de o sujeito ter uma orientação heterossexual ou homossexual.

O Funcionário 2 novamente não foi muito explícito em suas palavras para relatar o seria orientação sexual apenas disse: “Educação na área, conscientização, é, estudo do social” (Funcionário 2, 2018). Já o coordenador confundiu identidade de gênero com orientação sexual:

“A orientação sexual segundo a teoria arcaica, ela fala de homem e mulher e chegando a modernidade ela já vai se tratar do que eu tô mulher, meu corpo é de mulher, mas os meus hormônios, o que eu quero, o que eu desejo, o que eu busco eu sou homem. Então essa identidade ela deve ser respeitada pela sociedade que, no entanto, não vem e hoje eu vejo os movimentos crescendo muito, eles brigam né, pelos diretos deles”. (Funcionário 3, 2018)

As discussões sobre gênero e sexualidade realmente são complexas e se confundem muitas vezes entre si, no entanto é necessário que os profissionais, de educação em especial, mantenham-se informados sobre esses assuntos uma vez que a escola é formadora de cidadãos e que precisa dar aos seus alunos subsídios para o esclarecimento dessas questões, que cada vez mais estão presentes em nosso dia-a-dia.

Para esclarecer os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual, vejamos o que aponta a ABGLT através do Manual de comunicação LGBT (2010) a “Identidade de gênero é a percepção que uma pessoa tem de si como sendo do gênero masculino, feminino ou de alguma combinação dos dois, independente de sexo biológico. Trata-se da convicção íntima de uma pessoa de ser do gênero masculino (homem) ou do gênero feminino (mulher)”. Já a orientação sexual: “Refere-se à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas.

Pode-se dizer de forma grosseira que a identidade de gênero refere-se ao próprio sujeito, a como ele se relaciona consigo mesmo, enquanto que a orientação sexual é a forma com que esse sujeito se relaciona afetiva e ou sexualmente com o outro.

Para concluir esse eixo, mais uma vez os sujeitos da pesquisa afirmaram unanimemente que a escola não possui integrada as suas práticas pedagógicas a temática

abordada pela pesquisa, porém ao serem questionados sobre a importância de trazer o tema orientação sexual para dentro da escola os entrevistados afirmaram ser de suma importância: “sim, porque é pra trazer esclarecimento as pessoas e doar o conhecimento para que não ocorra né mais esse tipo de homofobia” (Funcionário 3, 2018). Um dos professores expos o seguinte sobre a importância de englobar o tema orientação sexual na escola:

Muito. Eu acho que sim, tem que ser trabalhado na escola, porque daí é que a gente vai começar a perceber, entendeu, que tem que ter uma mudança sobre isso, o preconceito hoje em dia é muito grande sobre esse tipo de coisa, eu acho que no século XXI não há, não era pra haver esse tipo de coisa, a gente vê muitas pessoas sofrendo ainda por causa disso, que eu acho totalmente fora já do contexto. Não tem mais como em pleno século XXI as pessoas ainda sofrerem bullying. (Funcionário 5, 2018)

Novamente observa-se uma contraposição entre as falas dos sujeitos e a realidade escolar, pois os sujeitos da pesquisa afirmam ser importante a integração do tema na escola, no entanto eles próprios não manifestam de nenhuma forma esse tipo de conteúdo em suas práticas pedagógicas.

O quarto e último eixo temático se refere a homofobia na escola. Sobre esse tema também é possível observar certo embaraço uma vez que os entrevistados não possuem uma visão clara do que seria homofobia, confundindo-a assim como uma forma geral de preconceito, podendo ser ilustrado nas alocações dos sujeitos da pesquisa:

Homofobia, é, eu acho que é uma, acho não, é uma forma de preconceito tão forte que ela acaba sendo violenta, porque a pessoa homofóbica ela, é, tem várias tipos de homofobia. Tem pessoas que é homofóbica com quem é gordo, com quem é pobre e principalmente homofobia acontece mais forte em cima de quem tem opções diferentes de parceria sexual. (Funcionário 4, 2018).

Homofobia pra mim é puro preconceito, nunca trabalhei sobre isso não, mas pra mim é preconceito mesmo tá entendendo[...] não respeitar o gênero da pessoa, se é preto, se é branco, se é pobre, se é rico, se faz parte de uma religião, se não faz. Pra mim vem ser tipo isso ai, principalmente o, a questão da, do homem da mulher, do homossexual. (Funcionário 5, 2018)

Em contrapartida alguns dos profissionais que participaram da pesquisa souberam responder mais adequadamente os questionamentos sobre homofobia como no caso do Funcionário 3: “homofobia é a partir do momento que eu não respeito ou violo o direito da outra pessoa, porque a partir do mento que eu não respeito a orientação sexual daquela pessoa eu estou violando os direitos de escolha, porque nós vivemos num país onde tem a liberdade de escolha né” (Funcionário 3, 2018).

O Funcionário 1 também se posicionou a respeito afirmando que: “homofobia é um preconceito, uma agressão contra as pessoas que a sociedade julga diferente ou que a sociedade não entende e tudo que é diferente causa espanto e algumas pessoas não consegue entender e acabam não sabendo lidar com essa novidade, com esse espanto e age da maneira mais cruel possível com agressão verbal e física” (Funcionário 1, 2018).

A fala do Funcionário 1 remete claramente aos mecanismos de poder relatados por Foucault, que buscam banir o diferente, e exaltar o “normal”, o padrão conceitual que engloba a todos, relegando o diferente as margens:

[...] a repressão funciona, decerto, como condenação ao desaparecimento, mas também como injunção ao silêncio, afirmação de inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim marcharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas. Porém, forçada a algumas concessões. Se for mesmo preciso dar lugar às sexualidades ilegítimas, que vão incomodar noutra lugar[...]. (2017, p. 08)

Os sujeitos foram também indagados sobre a existência de casos de homofobia na escola. Vejamos o gráfico ilustrativo com as respostas dos entrevistados:

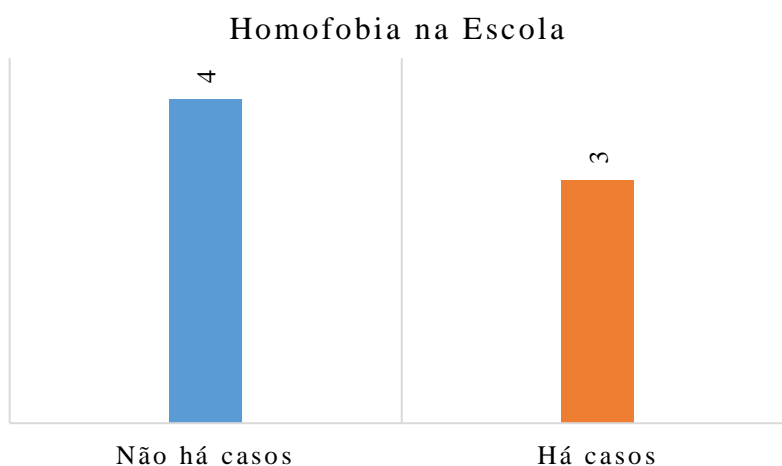


Figura 4 Gráfico sobre a existência de casos de homofobia na escola.
Fonte: NOBREGA, 2018.

O gráfico anterior mostra a opinião dos entrevistados sobre a existência de casos de homofobia na escola, entretanto é importante ressaltar uma distorção entre a visão dos funcionários da escola e os alunos da mesma. Dos cinco funcionários apenas um afirma a existência de casos de homofobia na escola, já os alunos que participaram da entrevista, que eram dois e ambos afirmaram existir sim casos de homofobia dentro da escola.

Os alunos responderam dessa maneira a pergunta sobre a possível existência de casos de homofobia na escola: “sim, horrores” (Aluno 2, 2018). Foi questionado também o que a escola faz a respeito desses casos de homofobia e este mesmo aluno respondeu: “Mana, eu acho que nada. “Puxãozinho de orelha” básico” (Aluno 2, 2018). O outro aluno respondeu desta forma a pergunta sobre como a escola lida com a homofobia: “Péssimo, é péssimo mesmo” (Aluno 1, 2018).

O único funcionário que afirmou que a existência de casos de homofobia na escola pesquisada foi o Funcionário 2, que também respondeu à pergunta sobre como a escola reage aos casos de homofobia e respondeu com a frase: “No momento só com dialogo, primeiramente com os alunos, é, no caso de reincidência, com os pais e com o problema não solucionado, com o Conselho Tutelar do município” (Funcionário 2, 2018).

Podemos desse modo aprontar para um trabalho diagnostico feito pela escola, onde a instituição de ensino espera que ocorra os casos de homofobia para só então poder agir sobre eles, não trabalhando a prevenção e conscientização anterior ao acontecimento para que a homofobia possa aos poucos ser erradicada do âmbito escolar.

Outro fato curioso é que os entrevistados que afirmaram não haver casos de homofobia na escola sempre se colocavam de maneira a si isentar dos acontecimentos escolares, como: “que eu saiba, não” (Funcionário 4, 2018), “ainda não vi” (Funcionário 3, 2018), como é o caso da fala do a seguir:

“Que eu teja lembrada agora, no meu conhecimento, acho que não, mas sempre tem. As vezes essas coisas fica bem escondida, fica bem restrito, assim sempre tem, qual é a sociedade hoje em dia que não tem, qual a escola hoje em dia que não tem esse tipo de coisa. Muitas vezes não tá ao nosso olhar, né, aos nossos olhares, que a gente teja sabendo, mas sempre existe” (Funcionário 5, 2018)

Observando por uma lógica Foucaultiana pode-se dizer que a instituição escolar enquanto dispositivo de poder concede subsídios para a permanência da visão heteronormativa em seus domínios, uma vez que não se posiciona de forma a trazer à luz conceitos que permitam a reflexão dos sujeitos que interagem através das relações de poder no espaço escolar.

Talvez essas respostas negativas sobre os casos de homofobia na escola se deem ao fato de os profissionais não terem clareza sobre o próprio conceito de homofobia. Pois como não sabem o conceito possivelmente não consigam identificar os casos que ocorrem na escola, deixando assim de trabalhar para erradica-los.

A realidade relatada pelos entrevistados leva a crer que os funcionários não recebem nenhum tipo de formação ou orientação da Secretaria Municipal de Educação para lidar,

identificar ou trabalhar os temas gênero, sexualidade e homofobia como corrobora a o discurso do próprio Funcionário 1: “[...] precisa-se de formação, falta formação [...] na realidade eu acho que essa crítica tem que ser em cima do sistema né, porque nós não temos uma base que tenha dentro dos seus parâmetros curricular, é... essa, enfatizando essa questão de gênero” (Funcionário 1, 2018).

A Secretaria de Educação do município também não faz parcerias com outras Secretarias como por exemplo a Secretaria de Saúde e de Cultura, entretanto a escola também não faz sua parte, e não busca trabalhar as temáticas de gênero, sexualidade e homofobia, sobe a desculpa de que não há uma situação alarmante na escola, que a escola não enfrenta essa realidade: “até porque não temos muitos casos aqui na nossa escola” (Funcionário 1, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Concebida inicialmente para acolher alguns — mas não todos — ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explícita ou implicitamente, "garantir" — e também produzir — as diferenças entre os sujeitos”.

(Louro, 1997, p. 57)

A princípio este trabalho com indicativa de problematização as relações de poder/saber no ambiente escolar tendo em vista as práticas pedagógicas existentes na escola com foco nas questões de gênero e sexualidade. Visando compreender de que forma as trocas de conhecimento entre alunos, professores e alguns outros sujeitos que permeiam as trocas de conhecimento no ambiente escolar, obviamente as trocas de conhecimentos que aqui nos interessam são as que dizem respeito ao foco desta pesquisa, ou seja, gênero e sexualidade.

Procurou-se também observar de que forma a escola enquanto instituição de ensino atua como dispositivo de poder/saber, se através das suas práticas pedagógicas age como mecanismo de controle e repressão ou se a mesma dispõe de subsídios para o questionamento de algumas verdades instituídas como absolutas possibilitando assim algumas subversões necessárias, propiciando assim a ampliação da criticidade de seus alunos e funcionários, bem como o incentivo ao respeito às diferenças e a busca pela erradicação da homofobia.

Para entender como se dá a relação estabelecida entre educação/diferença, com foco nos diversos gêneros sexualidades esta pesquisa se propôs a investigar uma escola e as relações de poder-saber-prazer que ocorrem em seu interior. Buscando ancoragem em três principais pilares para esse trabalho, sendo eles: Michel Foucault, Guacira Louro e Judith Butler para melhor compreender assuntos como sexualidade, gênero e as suas relações com a educação.

A priori a hipótese levantada para a indagação deste problema de pesquisa seria a de que a escola pública não se envolve com as questões de gênero e sexualidade, fingindo estar a margem dos processos de subjetivação de identidades que ocorrem na nossa sociedade atualmente.

E que apesar dos avanços legais em relação aos direitos da população LGBT, em especial os que se deram dentro do campo da educação, estes ainda se encontram defronte para um abismo entre eles mesmos (legislação em educação) e a realidade encontrada nas escolas.

Após a realização da pesquisa, este trabalho pôde solidificar suas hipóteses através das falas dos sujeitos que participaram da pesquisa. Apontando para a real falta de compromisso com o respeito a identidade de pessoas LGBT. Evidenciou de forma já esperada o descaso pelas temáticas de gênero e sexualidade na escola, entretanto a situação é tão demasiada invisível na escola que chega a causar certo espanto.

Se por um lado, a escola se abstém das discussões relacionadas aos temas sexualidade e gênero, esquivando-se de incorporar em suas práticas pedagógicas ações que incentivem o respeito a subjetividade do outro, negando a existência de casos de homofobia dentro de seus limites e utilizando-se disso para não trabalhar temas que lhe possam ser “estranhos” e desafiadores preferindo assim as já conhecidas verdades absolutas.

Por outro lado, a escola nega seu caráter fundamental, o de edificadora de cidadãos, de formadores de opinião, esquecendo-se ou tentando esquecer-se que ela educa não somente para a escola, mas sim para o mundo, para a sociedade e dissimulando que externa à escola existe uma sociedade que põe constantemente nossas crianças e adolescentes de frente com esses sujeitos (LGBT), que merecem assim como todos, respeito e compreensão.

A escola tem fechado os olhos para o fato de que os sujeitos que a escola tanto nega e finge não ver estão por aí em contato com os seus alunos e que esses alunos necessitam de uma base descente de conhecimentos para o respeito e a valorização do outro.

E por mais que assumíssemos que dentro da escola realmente não existem pessoas trans, gays, lésbicas e outro tipos de gêneros e sexualidades diferentes do padrão heteronormativo e que também não se observam casos de homofobia, seria impossível negar a presença desses sujeitos na sociedade, uma vez que eles ganham cada vez mais espaço, na mídia em especial, em novelas, series, jornais, filmes, artistas famosos e redes sociais.

Assim a escola assume uma postura egoísta esquecendo-se da formação dos seus alunos para a sociedade atendo-se apenas aos seus muros. Não podemos deixar de considerar que a abordagem desses temas de forma geral ainda é vista como uma barreira pela família e que a escola é o local que pode dar esse suporte, ensinando sobre o respeito a identidade do outro para que os adolescentes e as crianças tenham uma base para lidar de forma positiva com esse tipo de situação e sujeitos. Sendo assim importante tanto para a formação do alunado homossexual pois encontraria na escola o respeito e a aceitação ausentes na família, como

também para os estudantes heterossexuais que teriam na escola uma base para a sua formação cidadã, melhorando a convivência em sociedade.

Nosso país tem avançado bastante na promoção dos direitos LGBT, como foi apresentado no capítulo dois do presente trabalho, inclusive no que diz respeito a educação, tem desenvolvido legislação na área, projetos e programas. Contudo, aparentemente em algum momento no percurso entre o governo que produz os projetos e programas e entre as escolas que deveriam aplica-los ocorre uma ruptura que não permite que tais ações cheguem a ponta que são os alunos, temos aqui um possível caminho de pesquisa futura para compreender em que momento essa ruptura ocorre como que tipos de materiais e orientação as Secretarias de Educação recebem e o que elas repassam às escolas.

A realidade observada na pesquisa nós permite constatar que os profissionais de educação não têm domínio dos conhecimentos sobre sexualidade e gênero em educação, muito menos tem consciência dos projetos existentes na área. Os educadores afirmam que a secretaria de educação não disponibiliza formação de nenhuma forma sobre as temáticas sexualidade e gênero sendo esse um dos motivos que a escola aponta para justificar o fato de não abordar as temáticas. Em contrapartida, os próprios conceitos básicos da identidade LGBT não estão claros na cabeça dos professores e gestores, demonstrando de certa forma o descaso e a ausência de aprimoramento pessoal sobre esses temas tornando assim inviável a transmissão de conceitos e valores importantes para o respeito da população LGBT.

Dessa forma os nossos alunos permanecem sujeitos a alienação externa, propensos a adesão de práticas de desvalorização do outro, empurrados pelo sistema instaurado de heteronormatividade compulsória, enquanto que outros permaneceram no armário, na clandestinidade por medo da atitude das pessoas que os cercam ou mesmo que ousem assumissem enfrentarão na sociedade os estigmas e as desventuras de ser “excêntrico”.

Por fim esta pesquisa demonstra a precariedade e o descaso com que a escola pública trata assuntos de suma importância como sexualidade/gênero na educação e revela os desafios que se encontram na educação brasileira, alertando assim para a não reprodução das práticas pedagógicas que negam as sexualidades/gêneros na escola.

Pois somente encarando os fatos de frente poderemos retirar a educação sexual e de gênero da atual posição marginalizada que ainda persiste nas escolas, levando a compreender o processo de construção de identidades e a subjetividade do outro como histórico, político e social. Para então conseguiremos ampliar espaços para discussão da sexualidade e a conscientização do respeito a identidade de todos subvertendo assim algumas “verdades” e alguns binarismos ainda presente nas escolas.

REFERENCIAS

ABGLT. **Caderno Escola sem Homofobia**. Orientação técnica Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD – Ministério da Educação.

_____. **Manual de comunicação LGBT**. Organização Ferdinando Martins, Lilian Romão, Liandro Lindner, Toni Reis. Ajir Artes Gráficas e Editora Ltda, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, DF: Senado Federal. Planalto. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 29 de agosto de 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONSELHO Federal de Psicologia. **Resolução nº 001**, de 22 de março de 1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wpcontent/uploads/1999/03/resolucao1999_1.pdf> Acesso em 29 de agosto de 2018.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CONSELHO Nacional de Justiça. **Resolução Nº 175, de 14 de maio de 2013**. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas do mesmo sexo.

D'ANGELO, L. B. **7 conceitos essenciais para entender o pensamento de Judith Butler**. Notaterapia, 28 de jan. 2016. Disponível em: <<http://notaterapia.com.br/2016/01/28/7-conceitos-essenciais-para-entender-o-pensamento-de-judith-butler/>>, acesso em 06 de setembro de 2018.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. In: SÃO PAULO. Conselho regional de Psicologia 6ª região (org). Psicologia e diversidade sexual. / Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2011. 92f; 23cm. (Caderno Temático 11) Disponível em: <http://www.crsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/fr_historico.aspx> Acesso em 28 de agosto de 2018.

FERNANDES, Telmo. **Louro, Guacira Lopes, Um Corpo Estranho – Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. Revista Crítica de Ciências Sociais, 76 | 2006, 145-147.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: 6ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **História da sexualidade 2: O uso dos prazeres.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

_____. **História da sexualidade 3: O cuidado de si.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque; revisão técnica de José Augusto Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: 4ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 2007, p. 72-73.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Currículo, gênero e sexualidade – O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação.** 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. cap. 03, p. 41-5.

_____. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. cap. 01, p. 07-33.

_____. **Um corpo estranho - ensaios sobre sexualidade e teoria queer.** 1ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MINISTÉRIO da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Organização Rogério Diniz Junqueira. Brasília: UNESCO, 2009.

MINISTÉRIO da Fazenda: **CIRCULAR Nº 257, DE 21 DE JUNHO DE 2004.**

MINISTÉRIO da Previdência Social. **Portaria nº 513, de 9 de dezembro de 2010.**

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.** Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf> />, acesso em 29 de agosto de 2018.

REVEL, Judith. **Michel Foucault: conceitos essenciais.** Tradução Maria do Rosário Gregolin, Nilton Milanez, Carlo Piovesani. São Carlos : Claraluz, 2005.

ROCHA, Cássio Bruno Araújo. **Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler.** Cadernos pagu (43), julho-dezembro de 2014.

SECRETARIA da Justiça e da Defesa da Cidadania. Coordenação de Políticas para a Diversidade Sexual. **Diversidade sexual e cidadania LGBT.** 2ª ed. São Paulo : IMESP, 2017. p.48

SILVA, Ariádine de Oliveira Rabelo. **Diversidade sexual: lutas e conquistas da população LGBT.** Colaboração de Ana Caroline Cabral Cristino, Tereza Helena Gomes Soares e Lilian Freitas Coelho. Fortaleza: IFCE, 2017.